



PESQUISA NACIONAL POR
AMOSTRA DE DOMICÍLIOS

ASPECTOS DAS RELAÇÕES DE TRABALHO E SINDICALIZAÇÃO

2015



Organização
Internacional
do Trabalho

MINISTÉRIO DO
TRABALHO

 **IBGE**
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MINISTÉRIO DO
**PLANEJAMENTO,
DESENVOLVIMENTO E GESTÃO**

Presidente da República
Michel Miguel Elias Temer Lulia

Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Dyogo Henrique de Oliveira

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidente
Paulo Rabello de Castro

Diretor-Executivo
Fernando J. Abrantes

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas
Roberto Luís Olinto Ramos

Diretoria de Geociências
Wadih João Scandar Neto

Diretoria de Informática
José Sant'Anna Bevilaqua

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
David Wu Tai

Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Maysa Sacramento de Magalhães

UNIDADE RESPONSÁVEL

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de Trabalho e Rendimento
Cimar Azeredo Pereira

Errata

A motivação dessa errata deve-se aos seguintes erros:

- No Gráfico 5, houve inversão dos rótulos da legenda.

 Não possui débito

 Possui débito

Obs.: os valores permanecem inalterados.

- No Gráfico 9, houve correção do título.

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Diretoria de Pesquisas
Coordenação de Trabalho e Rendimento

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

Aspectos das Relações de Trabalho e Sindicalização

2015

Rio de Janeiro
2017

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

ISBN 978-85-240-4412-0 (meio impresso)

© IBGE. 2017

Produção do e-book

Roberto Cavararo

Capa

Marcos Balster Fiore e Renato Aguiar - Coordenação de *Marketing*/Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI

Ilustração - Fabio Muniz de Moura - Gerência de Editoração/ Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI

Aspectos das relações de trabalho e sindicalização / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. – Rio de Janeiro : IBGE, 2017.

90p.

Acima do título: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

Inclui bibliografia e glossário.

ISBN 978-85-240-4412-0

1. Relações trabalhistas - Brasil. 2. Sindicalismo. 3. Mercado de trabalho. 4. Sindicatos. 5. Domicílios - Brasil - Estatística. 6. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 2015. I. IBGE. Coordenação de Trabalho e Rendimento. II. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios : aspectos das relações de trabalho e sindicalização III. PNAD : aspectos das relações de trabalho e sindicalização.

Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais

RJ/IBGE/2017-07

CDU 331.1(81)

ECO

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

Sumário

Apresentação

Introdução

Notas técnicas

Evolução histórica da pesquisa

Principais alterações metodológica, conceitual e processual

Alterações na operação de coleta e na apuração dos dados

Comparabilidade dos resultados da série histórica

Plano amostral

Tamanho da amostra

Análise dos resultados

Referências

Anexos

1 - Grupamentos e subgrupos principais ocupacionais

2 - Grupamentos e divisões de atividade

3 - Considerações metodológicas sobre as estimativas da população para cálculo dos pesos para a expansão da amostra da PNAD 2015

Glossário

Convenções

-	Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento;
..	Não se aplica dado numérico;
...	Dado numérico não disponível;
x	Dado numérico omitido a fim de evitar a individualização da informação;
0; 0,0; 0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo; e
-0; -0,0; -0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente negativo.

Apresentação

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE divulga, com a presente publicação, comentários analíticos sobre os indicadores referentes às relações de trabalho e sindicalização, obtidos a partir das informações de Suplemento da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2015, realizada em parceria com o então Ministério do Trabalho e Emprego e a Organização Internacional do Trabalho - OIT (International Labour Organization - ILO).

A PNAD já coleta informações sobre o mercado de trabalho para as pessoas de 10 anos ou mais de idade, tais como as suas formas de inserção, os agrupamentos de atividades nos quais estão ocupadas, entre outros indicadores. Esta publicação, contudo, traz informações sobre algumas características adicionais de trabalho para as pessoas moradoras de 16 anos ou mais de idade, visando ir além das medidas quantitativas de geração de postos e de enfrentamento do desemprego para ampliar a base de conhecimento sobre as relações de trabalho. Busca-se, assim, aprimorar a medição do trabalho decente, preconizada pela OIT, que propõe medidas de superação de formas de trabalho que geram renda insuficiente para que os indivíduos e suas famílias superem a situação de pobreza ou que se baseiam em atividades insalubres, perigosas, inseguras e/ou degradantes.

Cada um dos temas suplementares foi investigado em questionário específico. O primeiro, Relações de Trabalho, destinou-se às pessoas de 16 anos ou mais de idade nas seguintes posições na ocupação: empregados do setor privado nas atividades agrícola e não agrícola e trabalhadores domésticos. O segundo, Sindicalização, visou as pessoas de 16 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência ou no período de captação de 358 dias, tendo como objetivo um conjunto

mais abrangente de informações sobre a densidade sindical no Brasil, haja vista sua importância para a ampliação e o fortalecimento da democracia e, consequentemente, o desenvolvimento social do País. Considerando a necessidade de mecanismos oficiais de acompanhamento da atuação sindical e sua importância no sistema de relações de trabalho, a inserção dessa investigação complementar visou à produção de informações, a nível nacional, que subsidiem não só a atuação dos diversos grupos da sociedade interessados nessa temática, como também o melhor planejamento de políticas públicas de emprego e renda.

Esta publicação apresenta **Notas técnicas** com considerações metodológicas sobre a pesquisa, **Análise dos resultados** ilustrada com tabelas e gráficos, e **Glossário** com os termos e conceitos julgados necessários para a compreensão dos resultados. A composição dos grupamentos ocupacionais e de atividade investigados e as considerações metodológicas sobre as estimativas da população para cálculo dos pesos para a expansão da amostra da PNAD 2015 encontram-se nos **Anexos** que complementam o presente volume.

As informações ora divulgadas também podem ser acessadas no portal do IBGE na Internet, que oferece, ainda, o plano tabular com os resultados da pesquisa, para Brasil e Grandes Regiões, em complemento à presente publicação. Com a disponibilização dessa base de dados, trazendo novas informações sobre aspectos das relações de trabalho no País, amplia-se sensivelmente o conhecimento sobre o trabalho decente. A análise conjunta desses indicadores à luz dos demais dados sobre trabalho e rendimento já investigados regularmente pela PNAD poderá fornecer importantes subsídios para a elaboração de políticas baseadas nos quatro objetivos estratégicos do conceito de trabalho decente: a promoção dos direitos fundamentais no trabalho; a geração de empregos produtivos e de qualidade; a extensão da proteção social; e o fortalecimento do diálogo social.

Roberto Luís Olinto Ramos

Diretoria de Pesquisas

Introdução

O sistema de pesquisas domiciliares, implantado progressivamente no Brasil a partir de 1967, com a criação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, tem como finalidade a produção de informações básicas para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do País. Trata-se de um sistema de pesquisas por amostra de domicílios que, por ter propósitos múltiplos, investiga diversas características socioeconômicas e demográficas, umas de caráter permanente na pesquisa, como as características gerais da população, de educação, trabalho, rendimento e habitação, e outras com periodicidade variável, como as características sobre migração, fecundidade, nupcialidade, saúde, segurança alimentar e outros temas que são incluídos no sistema de acordo com as necessidades de informação para o País.

A PNAD teve início no segundo trimestre de 1967, sendo os seus resultados apresentados com periodicidade trimestral até o primeiro trimestre de 1970. A partir de 1971, os levantamentos passaram a ser anuais, com realização no último trimestre. A pesquisa foi interrompida para a realização do Censo Demográfico 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. No período 1974-1975, foi realizada uma pesquisa especial, denominada Estudo Nacional da Despesa Familiar - ENDEF, que, além dos temas anteriores, investigou consumo alimentar e orçamentos familiares. Durante a realização do ENDEF, o levantamento básico da PNAD foi interrompido. Em 1994, por razões excepcionais, não foi realizado o levantamento da PNAD.

Além dos temas da presente publicação, Aspectos das Relações de Trabalho e Sindicalização, outras três investigações suplementares foram realizadas pela PNAD 2015: Acesso à Internet e à Televisão e Posse de Telefone Móvel Celular para Uso Pessoal e Aspectos dos Cuidados das Crianças de Menos de 4 Anos de Idade, estas já divulgadas em

publicações específicas, e Prática de Esporte e Atividade Física, que será objeto de uma próxima publicação.

As **Notas técnicas**, a seguir, trazem considerações de natureza metodológica que permitem conhecer os principais aspectos da evolução histórica da PNAD.

Notas técnicas

Evolução histórica da pesquisa

As ilustrações, a seguir, sintetizam alguns aspectos da realização da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD ao longo de sua existência. Os cartogramas apresentados na primeira ilustração permitem acompanhar, visualmente, a evolução da área de abrangência geográfica coberta pela pesquisa; o quadro que compõe a segunda ilustração informa a população-alvo nos temas básicos investigados (habitação, aspectos demográficos, educação, trabalho e rendimento); enquanto o quadro que constitui a terceira ilustração reúne todos os temas das pesquisas suplementares e especiais já realizadas no âmbito deste levantamento.

Evolução da abrangência geográfica da PNAD - 1967/2015

(continua)

1967



1968



I e II trimestres



III trimestre



IV trimestre

1969



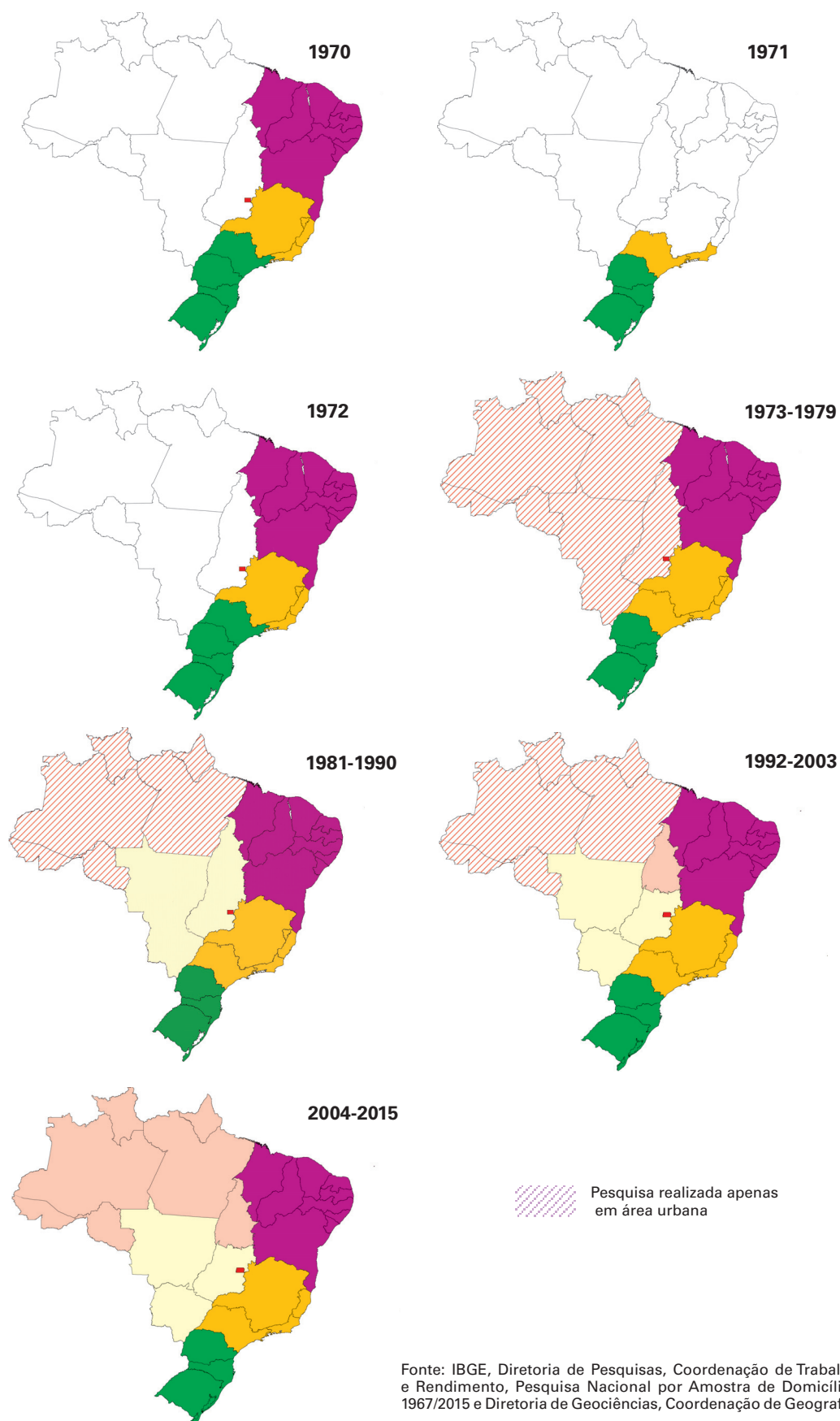
I, II e III trimestres



IV trimestre

Evolução da abrangência geográfica da PNAD - 1967/2015

(conclusão)



Quadro 1 - Populações abrangidas nos temas básicos da PNAD - 1967/2015

Ano	Habitação	Aspectos demográficos	Educação	Trabalho e rendimento	Ano
1967 a 1970	Todos os domicílios	Todas as pessoas	Pessoas de 5 anos ou mais de idade	Pessoas de 14 anos ou mais de idade	1967 a 1970
1971 a 1993				Pessoas de 10 anos ou mais de idade	1971 a 1993
1995 a 1999			Todas as pessoas		1995 a 1999
2001			Pessoas de 5 anos ou mais de idade	2001	
2002 a 2015				Pessoas de 10 anos ou mais de idade	2002 a 2015

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1967/2015.

Quadro 2 - Temas suplementares e especiais pesquisados na PNAD - 1967/2015

[illegible]

(1) Pesquisa especial. (2) Pesquisa suplementar restrita ao Distrito Federal e às Regiões Metropolitanas de Recife, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. (3) Nos três anos de sua realização, a pesquisa abrangeu os seguintes tópicos: condições da saúde; cobertura de plano de saúde; acesso aos serviços de saúde; utilização dos serviços de saúde; e internação. Somente em 1998, foram investigados os gastos com serviços e bens de saúde. Em 2008, foram agregados os seguintes tópicos: atendimento de urgência no domicílio; violência; acidentes de trânsito; e sedentarismo. (4) Pesquisa restrita ao Distrito Federal e às nove Regiões Metropolitanas. (5) A pesquisa abrangeu os seguintes tópicos: justiça e vitimização; educação; meios de transporte; cadastro e associativismo; serviços domiciliares; mobilidade social; serviços de saúde; migração; religião; e meios de comunicação.

Principais alterações metodológica, conceitual e processual

Alteração do conceito de trabalho

A partir da PNAD 1992, para captar determinados grupos de pessoas envolvidas em atividade econômica que, anteriormente, não eram incluídas na população ocupada, o conceito de trabalho tornou-se mais abrangente, incluindo, na captação como pessoa ocupada, os trabalhadores na produção para o próprio consumo e os trabalhadores na construção para o próprio uso.

Na classificação das pessoas ocupadas por posição na ocupação, adotada a partir da PNAD 1992, definiram-se, além das duas categorias novas (trabalhadores na produção para o próprio consumo e trabalhadores na construção para o próprio uso), uma categoria específica, que recebeu a denominação de “trabalhadores domésticos”, para abarcar as pessoas ocupadas no serviço doméstico remunerado separadamente dos demais empregados.

Reestruturação do instrumento de coleta

O questionário da pesquisa foi estruturado de forma que possibilita, por meio da realocação das parcelas correspondentes à ampliação do conceito de trabalho, gerar resultados harmonizados conceitualmente com os obtidos nos levantamentos da PNAD anteriores ao de 1992.

Classificações de ocupações e de atividades

A partir da PNAD 2002, a Classificação Brasileira de Ocupações - Domiciliar - CBO-Domiciliar e a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - Domiciliar - CNAE-Domiciliar passaram a ser adotadas, respectivamente, para a classificação das ocupações e atividades investigadas na PNAD (ver “classificação de ocupações” e “classificação de atividades” no **Glossário**, ao final da publicação).

Ajuste na investigação do tema educação

Para acompanhar a implantação da mudança da duração do ensino fundamental regular de 8 para 9 anos, com matrícula obrigatória aos 6 anos de idade, estabelecida na Lei n. 11.274, de 06.02.2006, foram feitos ajustes na investigação da parte de educação da PNAD 2007. Assim, foi incluída na investigação uma pergunta sobre a duração do curso (8 ou 9 anos).

Alterações na operação de coleta e na apuração dos dados

Introdução do coletor eletrônico na pesquisa

A partir da PNAD 2007, foi introduzido o uso do coletor eletrônico PDA para a realização das operações de coleta, possibilitando aprimorar o sistema operacional da pesquisa.

Adoção de sistema de imputação

Em 2007, foi utilizado o sistema DIA - Detección e Imputación Automática de Errores para Datos Cualitativos, que é um aplicativo computacional, desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estadística - INE, da Espanha, que tem o objetivo de facilitar a depuração de censos e grandes pesquisas estatísticas. A partir da PNAD 2008, utiliza-se o Canadian Census Edit and Imputation System - CANCEIS.

Comparabilidade dos resultados da série histórica

A comparação dos resultados da PNAD desta década com os das anteriores deve levar em conta as seguintes questões:

- A classificação das áreas urbana e rural é feita de acordo com a legislação vigente por ocasião do Censo Demográfico;
- Ainda que a legislação tenha alterado a classificação de determinadas áreas, no que diz respeito à situação do domicílio, no período intercensitário, a definição estabelecida por ocasião do Censo Demográfico 2000 foi mantida para as investigações da PNAD realizadas de 2001 a 2009. A classificação vigente por ocasião do Censo Demográfico 2010 permanecerá para as pesquisas da PNAD desta década;
- Em consequência dos itens anteriores, as estatísticas por situações urbana e rural não captam integralmente a sua evolução, sendo que as diferenças se intensificam à medida que os resultados obtidos se afastam do ano de realização do Censo Demográfico que serviu de marco para a classificação da situação do domicílio;
- Em 1988, o antigo Estado de Goiás foi desmembrado para constituir os atuais Estados de Goiás e do Tocantins, passando este último a fazer parte da Região Norte. Por razões de ordem técnica, essas alterações somente foram incorporadas a partir da PNAD 1992. Consequentemente, para os levantamentos da PNAD realizados de 1988 a 1990, as estatísticas produzidas para a Região Norte não incluíram a parcela correspondente ao atual Estado do Tocantins, que permaneceu incorporada à Região Centro-Oeste;
- No período de 1992 a 2003, visando a manter a homogeneidade dos resultados produzidos, as estatísticas da PNAD apresentadas para a Região Norte referiram-se somente à sua parcela urbana, não agregando, portanto, as informações da área rural do Estado do Tocantins, única Unidade da Federação dessa Grande Região em que o levantamento não se restringiu às áreas urbanas nesse período;

- As estatísticas do período de 1992 a 2003 apresentadas para o Brasil foram obtidas considerando as informações de todas as áreas pesquisadas, representando, portanto, a totalidade do País, com exceção somente das áreas rurais de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá; e
- A partir de 2004, os resultados apresentados agregam as informações das áreas urbana e rural para todas as Unidades da Federação, Grandes Regiões e Brasil.

Plano amostral

A PNAD é realizada por meio de uma amostra probabilística de domicílios obtida em três estágios de seleção: unidades primárias - municípios; unidades secundárias - setores censitários; e unidades terciárias - unidades domiciliares (domicílios particulares e unidades de habitação em domicílios coletivos). Na seleção das unidades primária e secundária (municípios e setores censitários) da PNAD da segunda década deste século, foram adotadas a divisão territorial e a malha setorial vigentes na data de referência do Censo Demográfico 2010.

A investigação do tema suplementar Relações de Trabalho, de âmbito nacional, foi realizada por meio de questionário específico, que permite uma análise das pessoas de 16 anos ou mais de idade que estavam ocupadas na semana de referência ou no período de captação de 358 dias. Uma característica importante dessa investigação é a necessidade de entrevistar a própria pessoa selecionada para a pesquisa, em contraposição à forma usual de investigação da PNAD, em que as informações são fornecidas por outras pessoas moradoras do domicílio. A população-alvo desse tema é constituída pelas pessoas de 16 anos ou mais de idade moradoras de domicílios pertencentes à área de abrangência geográfica da pesquisa nas seguintes posições na ocupação: empregados do setor privado nas atividades agrícola e não agrícola e trabalhadores domésticos. A principal finalidade do plano amostral dessa investigação foi permitir a obtenção de estimativas da proporção de pessoas de 16 anos ou mais de idade em várias categorias relacionadas com alguns indicadores de interesse.

Na investigação do tema suplementar Sindicalização, também de âmbito nacional e realizada com questionário específico, considerou-se como população-alvo as pessoas de 16 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência ou no período de captação de 358 dias.

Processo de seleção da amostra

No primeiro estágio, as unidades (municípios) foram classificadas em duas categorias: autorrepresentativas (probabilidade 1 de pertencer à amostra) e não autorrepresentativas. Os municípios pertencentes à segunda categoria passaram por um processo de estratificação e, em cada estrato, foram selecionados com reposição e com probabilidade proporcional à população residente obtida no Censo Demográfico 2010.

No segundo estágio, as unidades (setores censitários) foram selecionadas, em cada município da amostra, também com probabilidade proporcional e com reposição, sendo utilizado o número de unidades domiciliares existentes por ocasião do Censo Demográfico 2010 como medida de tamanho.

No terceiro estágio, foram selecionados, com equiprobabilidade, em cada setor censitário da amostra, os domicílios particulares e as unidades de habitação em domicílios coletivos para investigação das características dos moradores e da habitação, compondo a amostra de domicílios da PNAD.

Para a investigação do tema suplementar Relações de Trabalho, os domicílios foram selecionados por amostragem aleatória simples, considerando aqueles amostrados para a PNAD 2015, sendo os percentuais de domicílios selecionados diferentes, de acordo com a Unidade da Federação, a saber: em Roraima e Amapá, 100% dos domicílios da amostra da PNAD 2015 foram selecionados para o Suplemento; no Acre, Tocantins, Piauí, Rio Grande do Norte, Alagoas e Mato Grosso do Sul, 80%; nas demais Unidades da Federação, 60%.

Por fim, no último estágio, em cada domicílio da amostra, foi selecionada, também com equiprobabilidade, uma pessoa moradora de 16 anos ou mais de idade que estava ocupada na semana de referência ou no período de captação de 358 dias para responder o respectivo questionário.

Para a investigação do tema suplementar Sindicalização, foram consideradas todas as pessoas de 16 anos ou mais de idade que estavam ocupadas na semana de referência ou no período de captação de 358 dias para responder o respectivo questionário.

Cadastro de unidades domiciliares

Anualmente, com a finalidade de manter atualizado o cadastro básico de unidades domiciliares e, desta forma, preservar as frações de amostragem prefixadas, realiza-se, em todos os setores da amostra, a operação de listagem, que consiste em relacionar, ordenadamente, todas as unidades residenciais e não residenciais existentes na respectiva área.

Na Tabela 1, apresentam-se as frações de amostragem, o número de unidades domiciliares, de setores censitários e de municípios selecionados nas diversas áreas da PNAD em 2015. Na Tabela 2, apresentam-se os tamanhos de amostra referentes à investigação do tema suplementar Relações de Trabalho, bem como suas respectivas taxas de resposta.

Tabela 1 - Fração de amostragem e composição da amostra, segundo as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2015

Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Fração de amostragem	Composição da amostra			
		Municípios	Setores	Unidades domiciliares	Pessoas
Brasil		1 100	9 166	151 189	356 904
Rondônia	1/200	23	170	2 837	6 562
Acre	1/150	11	94	1 642	4 603
Amazonas	1/250	23	240	3 796	12 144
Roraima	1/150	5	57	1 011	2 462
Pará	1/350	61	563	8 697	22 489
Região Metropolitana de Belém	1/150	6	264	4 344	10 889
Amapá	1/200	6	60	966	2 934
Tocantins	1/200	23	148	2 493	5 999
Maranhão	1/600	35	205	3 226	9 194
Piauí	1/500	20	127	2 251	5 697
Ceará	1/600	48	457	7 871	17 819
Região Metropolitana de Fortaleza	1/250	15	289	5 054	10 917
Rio Grande do Norte	1/550	19	129	2 136	4 884
Paraíba	1/550	23	146	2 444	6 151
Pernambuco	1/600	50	581	9 110	21 309
Região Metropolitana de Recife	1/200	14	390	6 290	14 238
Alagoas	1/500	18	128	2 030	5 316
Sergipe	1/300	22	155	2 508	6 134
Bahia	1/600	88	731	11 858	26 155
Região Metropolitana de Salvador	1/250	13	330	5 524	11 788
Minas Gerais	1/650	129	813	13 977	32 933
Região Metropolitana de Belo Horizonte	1/400	35	297	5 258	12 719
Espírito Santo	1/450	24	187	3 087	6 568
Rio de Janeiro	1/550	47	689	11 191	25 858
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	1/550	19	495	7 980	19 176
São Paulo	1/950	126	1 023	17 291	40 008
Região Metropolitana de São Paulo	1/850	37	489	8 284	19 656
Paraná	1/600	67	457	7 665	18 707
Região Metropolitana de Curitiba	1/400	18	174	2 982	7 204
Santa Catarina	1/550	45	278	4 511	9 544
Rio Grande do Sul	1/600	83	756	12 356	26 259
Região Metropolitana de Porto Alegre	1/200	32	472	7 676	16 642
Mato Grosso do Sul	1/350	21	158	2 687	6 018
Mato Grosso	1/350	31	204	3 268	7 477
Goiás	1/350	51	397	6 617	14 666
Distrito Federal	1/250	1	213	3 663	9 014

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015.

Nota: A composição da amostra da Unidade da Federação inclui a Região Metropolitana e as áreas urbanas e rurais.

Tabela 2 - Número de unidades domiciliares, por tipo de entrevista, taxas de resposta e pessoas na amostra da PNAD e do Suplemento de Relações de Trabalho, por Grandes Regiões e situação no domicílio - 2015

Número de unidades domiciliares, por tipo de entrevista, taxas de resposta e pessoas na amostra	Brasil	Grandes Regiões					Situação do domicílio	
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro- Oeste	Urbano	Rural
PNAD								
Unidades domiciliares	151 189	21 442	43 434	45 546	24 532	16 235	128 554	22 635
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Unidade ocupada	82,7	84,1	80,8	83,6	82,7	83,8	84,4	73,5
Realizada	78,0	78,5	75,1	79,8	79,7	77,6	79,1	71,8
Fechada	2,7	3,3	3,7	1,9	1,4	3,7	3,0	1,1
Recusa	1,7	1,8	1,7	1,8	1,4	2,2	2,0	0,2
Outra	0,2	0,5	0,3	0,2	0,2	0,3	0,2	0,4
Unidade vaga	14,5	12,0	16,2	14,7	14,1	13,1	13,0	23,2
Unidade inexistente	2,8	3,9	3,0	1,7	3,2	3,1	2,7	3,3
Taxas de resposta	94,3	93,4	93,0	95,4	96,4	92,6	93,8	97,7
Pessoas na amostra	356 904	57 193	102 659	105 367	54 510	37 175	304 564	52 340
Suplemento de Relações de Trabalho								
Unidades domiciliares	46 879	6 457	13 186	14 159	7 730	5 347	40 386	6 493
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Unidade ocupada	65,1	64,1	60,1	68,2	66,5	68,6	69,0	40,9
Realizada	52,9	48,3	46,6	58,1	57,9	52,9	55,8	34,9
Não realizada	12,2	15,8	13,5	10,1	8,6	15,7	13,2	6,0
Unidade vaga	29,3	27,6	33,7	28,5	27,3	25,5	25,7	51,6
Unidade inexistente	5,6	8,3	6,2	3,3	6,1	5,9	5,3	7,5
Taxas de resposta	81,2	75,3	77,6	85,2	87,0	77,1	80,8	85,4
Pessoas na amostra	24 797	3 118	6 146	8 227	4 477	2 829	22 531	2 266

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015.

Processo de expansão da amostra

A expansão da amostra utiliza estimadores de razão cuja variável independente é a projeção da população residente de cada Unidade da Federação, segundo o tipo de área (região metropolitana e não metropolitana de divulgação da pesquisa). Essas projeções consideram a evolução populacional ocorrida entre os Censos Demográficos sob hipóteses de crescimento associadas a taxas de fecundidade, mortalidade e migração.

Até 2003, utilizou-se a projeção da população residente urbana como variável independente para a expansão da amostra das seis Unidades da Federação (Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá) em que a pesquisa não cobria a área rural. A partir de 2004, a pesquisa passou a cobrir tanto as áreas urbanas como as rurais dessas seis Unidades da Federação. Considerando essa situação especial, unicamente para Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá, adotou-se a projeção da população residente, segundo a situação do domicílio (urbana e rural), como variável independente para expansão da amostra. Como frisado anteriormente, a partir de 2011, a expansão da amostra dessas seis Unidades da Federação seguiu o mesmo procedimento adotado para as demais.

Na definição dos pesos de expansão referentes ao tema complementar Relações de Trabalho, também foi considerada a seleção dos domicílios da amostra da PNAD 2015, conforme descrito no tópico **Processo de seleção da amostra**, bem como a seleção de uma única pessoa moradora de 16 anos ou mais de idade que estava ocupada na semana de referência ou no período de captação de 358 dias. Adicionalmente, esses pesos foram ajustados para que as estimativas da população, por sexo e grupos etários¹, correspondessem às estimativas, por sexo e grupos etários, obtidas para a amostra inteira da PNAD, em cada área geográfica considerada. A Tabela 3 apresenta o total de pessoas da amostra referente ao tema complementar Relações de Trabalho e suas respectivas estimativas ponderadas, segundo algumas características socioeconômicas.

Tabela 3 - Pessoas na amostra do Suplemento de Relações de Trabalho e suas respectivas estimativas ponderadas para a população, segundo algumas características socioeconômicas - Brasil - 2015

Características socioeconômicas	Pessoas na amostra	Estimativas ponderadas	
		Total (1 000 pessoas)	Percentual (%)
Total (1) (2) (3)	24 797	58 580	100,0
Sexo			
Homens	13 399	32 693	55,8
Mulheres	11 398	25 887	44,2
Grupos de idade			
16 a 25 anos	5 255	14 517	24,8
26 a 45 anos	13 643	30 502	52,1
46 anos ou mais	5 899	13 561	23,2
Situação do domicílio			
Urbano	22 531	53 343	91,1
Rural	2 266	5 237	8,9
Grupos de anos de estudo			
Sem instrução e menos de 1 ano	1 196	2 533	4,3
1 a 3 anos	1 369	3 065	5,2
4 a 7 anos	4 643	10 917	18,6
8 a 10 anos	4 638	11 388	19,4
11 anos ou mais	12 843	30 448	52,0
Cor ou raça			
Branca	10 313	26 096	44,5
Preta ou Parda	14 312	32 085	54,8
Classes de rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i> (4)			
Sem rendimento a 1/4 do salário mínimo (5)	1 243	2 453	4,2
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	3 621	7 537	12,9
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	7 737	18 411	31,4
Mais de 1 a 2 salários mínimos	7 812	19 772	33,8
Acima de 2 salários mínimos	3 901	8 931	15,2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015.

(1) Inclusive as pessoas com outra declaração ou sem declaração de cor ou raça. (2) Inclusive as pessoas com anos de estudo indeterminados. (3) Inclusive as pessoas sem declaração de rendimento mensal domiciliar *per capita*. (4) Exclusive as pessoas cuja condição na unidade domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico. (5) Inclusive as pessoas moradoras em unidades domiciliares cujos componentes recebiam somente em benefícios.

¹ Os grupos etários utilizados foram: 16 a 25 anos, 26 a 45 anos, e 46 anos ou mais.

Precisão das estimativas

Com o objetivo de fornecer mais subsídios para a interpretação dos resultados da PNAD relativamente ao tema complementar Relações de Trabalho, são apresentadas, a seguir, algumas considerações que possibilitam avaliar o grau de confiabilidade das estimativas constantes neste volume.

Em pesquisas de múltiplos propósitos e de grande abrangência em termos de extensão territorial, como é o caso da PNAD e do tema complementar Relações de Trabalho, torna-se praticamente impossível isolar os erros, provenientes das diversas fontes, que influenciam os resultados finais. Tais erros podem advir de flutuações aleatórias (erros de amostragem) ou ter origem não probabilística (erros alheios à amostragem), sendo que estes últimos podem ser introduzidos em qualquer uma das fases de realização da pesquisa.

Os erros alheios à amostragem não são influenciados pelo desenho da amostra e a sua mensuração, quando possível, exige análises mais complexas e de custo elevado, com maior demora na obtenção de resultados do que para os erros de amostragem.

Tendo em vista o processo de expansão adotado para a PNAD e para o tema complementar Relações de Trabalho, cumpre destacar que o grau de precisão está fortemente ligado ao das hipóteses feitas para as taxas de fecundidade, mortalidade e migração. O cálculo do erro de amostragem deveria, portanto, levar em conta duas fontes de variação:

- O erro de amostragem proveniente da seleção das unidades para a amostra; e
- O erro proveniente do modelo matemático empregado para projetar a população.

Os resultados apresentados referem-se, apenas, aos erros de amostragem.

Estimativas dos erros amostrais

A utilização do plano de amostragem da PNAD para estimar populações pequenas em números absolutos ou concentradas geograficamente pode gerar estimativas com erros de amostragem elevados.

Nesse sentido, visando facilitar a avaliação da precisão das estimativas divulgadas, foram calculados os erros de amostragem expressos pelos coeficientes de variação, para todas as variáveis (células) constantes do plano tabular de divulgação. Assim, para cada tabela de resultados disponibilizada no portal do IBGE na Internet, segue outra com os correspondentes coeficientes de variação estimados.

Tamanho da amostra

Na PNAD 2015, foram pesquisadas 356 904 pessoas e 151 189 unidades domiciliares distribuídas por todas as Unidades da Federação. Para o tema complementar Relações de Trabalho, foram investigadas 24 797 pessoas de 16 anos ou mais de idade que estavam ocupadas na semana de referência ou no período de captação de 358 dias.

Análise dos resultados

O Suplemento de Relações de Trabalho e Sindicalização da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2015 investigou as pessoas moradoras de 16 anos ou mais de idade que estavam ocupadas na semana de referência ou no período de captação de 358 dias, tendo como objetivos ampliar a base de conhecimento sobre as relações de trabalho e aprimorar a experiência brasileira de medição de indicadores de trabalho decente, com vistas, consequentemente, à elaboração de políticas públicas relacionadas ao tema.

A Organização Internacional do Trabalho - OIT (International Labour Organization - ILO) definiu como conceito de trabalho decente aquele que expressa a síntese do mandato histórico e dos objetivos estratégicos da OIT, fundada em 1919: a promoção das normas internacionais do trabalho, a geração de empregos produtivos e de qualidade para homens e mulheres, a extensão da proteção social, e a promoção do tripartismo e do diálogo social. A noção de trabalho decente integra, portanto, as dimensões quantitativa e qualitativa do emprego/trabalho e propõe não apenas medidas de geração de postos de trabalho e de enfrentamento do desemprego, mas também de superação de formas de trabalho que geram renda insuficiente para que os indivíduos e suas famílias superem a situação de pobreza ou que se baseiam em atividades insalubres, perigosas, inseguras e/ou degradantes. O conceito de trabalho decente, cabe destacar, afirma a necessidade de que o emprego/trabalho esteja também associado à proteção social e à noção de direitos fundamentais no trabalho, entre eles os de representação, associação, organização sindical e negociação coletiva.

As novas informações levantadas sobre as relações de trabalho são fundamentais, quando analisadas em conjunto com outros dados de trabalho e rendimento já investigados regularmente pela PNAD, e fornecem importantes subsídios para a elaboração de políticas lastreadas nos quatro objetivos estratégicos do conceito de trabalho decente: a promoção dos direitos fundamentais no trabalho; a geração de empregos produtivos e de qualidade; a extensão da proteção social; e o fortalecimento do diálogo social. O universo deste estudo é composto pelas pessoas nas seguintes posições na ocupação: empregados do setor privado nas atividades agrícola e não agrícola e trabalhadores domésticos. Ao longo da presente análise, o termo “empregados” estará restrito, portanto, a este universo.

A filiação a organização sindical é normalmente pesquisada na PNAD. Em 2015, foram incluídas perguntas adicionais para compor o tema Relações de Trabalho. Esta parte da análise se refere às pessoas de 16 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência ou no período de captação de 358 dias.

Aspectos das relações de trabalho

Forma de contratação dos empregados

A investigação sobre a forma de contratação dos empregados – intermediária ou diretamente pelo empregador – fornece uma visão setorial e regional sobre este aspecto, com indicadores qualitativos e quantitativos para o planejamento e a priorização de políticas públicas e ações de intermediação de mão de obra que possam garantir que esse processo seja efetuado de maneira protegida, atingindo, assim, populações com maior déficit de trabalho decente.

Em 2015, no Brasil, os contingentes de empregados do setor privado e de trabalhadores domésticos totalizavam 51,7 milhões de pessoas. Desse total, 48,0 milhões (93,0%) exerciam atividade no setor não agrícola, e 3,6 milhões (7,0%), no setor agrícola, como mostra a Tabela 4.

Tabela 4 - Empregados de 16 anos ou mais de idade no trabalho principal da semana de referência, por Grandes Regiões, segundo o setor de atividade agrícola e os grupamentos da atividade principal - 2015

Setor de atividade, categoria do emprgo e grupamentos da atividade principal	Empregados de 16 anos ou mais de idade no trabalho principal da semana de referência					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Valores absolutos (1 000 pessoas)						
Total	51 660	3 135	10 956	24 927	8 506	4 137
Setor de atividade e categoria do emprego						
Atividade agrícola	3 647	304	1 244	1 244	444	410
Empregados permanentes	2 632	202	687	1 003	367	373
Empregados temporários	995	103	548	232	77	36
Empregados não remunerados	20	-	9	10	-	1
Atividade não agrícola	48 014	2 831	9 711	23 683	8 062	3 726
Empregado no setor privado	41 432	2 391	8 085	20 674	7 150	3 131
Empregados domésticos	6 396	423	1 578	2 917	890	587
Empregados não remunerados	185	17	48	91	22	8
Grupamentos da atividade principal						
Serviços	24 838	1 344	4 976	12 948	3 550	2 020
Comércio e reparação	10 740	757	2 327	4 961	1 819	876
Agrícola	3 647	304	1 244	1 244	444	410
Indústria	8 337	412	1 213	4 136	2 092	484
Construção	4 074	317	1 191	1 620	601	345
Valores relativos (%)						
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Setor de atividade e categoria do emprego						
Atividade agrícola	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Empregados permanentes	72,2	66,2	55,3	80,6	82,6	91,0
Empregados temporários	27,3	33,8	44,0	18,6	17,4	8,7
Empregados não remunerados	0,5	-	0,7	0,8	-	0,3
Atividade não agrícola	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Empregado no setor privado	86,3	84,5	83,3	87,3	88,7	84,0
Empregados domésticos	13,3	14,9	16,3	12,3	11,0	15,8
Empregados não remunerados	0,4	0,6	0,5	0,4	0,3	0,2
Grupamentos da atividade principal						
Serviços	48,1	42,9	45,4	51,9	41,7	48,8
Comércio e reparação	20,8	24,1	21,2	19,9	21,4	21,2
Agrícola	7,1	9,7	11,4	5,0	5,2	9,9
Indústria	16,1	13,1	11,1	16,6	24,6	11,7
Construção	7,9	10,1	10,9	6,5	7,1	8,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015.

Nota: Somente empregados do setor privado e trabalhadores domésticos.

Conforme ilustra a Tabela 5, em 2015, foram empregadas 9,8 milhões de pessoas por contratação intermediária, o que representa 18,9% do total de empregados; as demais, 41,9 milhões (81,1%), foram contratadas diretamente pelo empregador.

Empregados contratados de forma intermediária²

Panorama geral

A contratação intermediária no setor agrícola atingia 187 mil pessoas, ou 5,1% dos empregados, enquanto no setor não agrícola, 9,6 milhões, ou 20,0% de seus empregados.

Regionalmente, o processo de contratação por intermediário era mais frequente nas Regiões Nordeste e Norte (22,7% e 22,4%, respectivamente). Na Região Sul, essa estimativa era a menor do País (16,6%).

Tabela 5 - Empregados de 16 anos ou mais de idade no trabalho principal da semana de referência, por Grandes Regiões, segundo a forma de contratação - 2015

Forma de contratação	Empregados de 16 anos ou mais de idade no trabalho principal da semana de referência (1 000 pessoas)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Valores absolutos (1 000 pessoas)						
Total	51 660	3 135	10 956	24 927	8 506	4 137
Contratação intermediária	9 779	648	2 243	4 736	1 362	789
Atividade não agrícola	48 014	2 831	9 711	23 683	8 062	3 726
Contratação intermediária	9 591	641	2 173	4 662	1 338	777
Atividade agrícola	3 647	304	1 244	1 244	444	410
Contratação intermediária	187	7	70	74	24	12
Valores relativos (%)						
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Contratação intermediária	18,9	20,7	20,5	19,0	16,0	19,1
Atividade não agrícola	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Contratação intermediária	20,0	22,7	22,4	19,7	16,6	20,9
Atividade agrícola	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Contratação intermediária	5,1	2,3	5,6	5,9	5,4	3,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015.

Nota: Somente empregados do setor privado e trabalhadores domésticos.

² Na contratação intermediária, o processo de contratação do empregado não se dá de forma direta com o empregador, isto é: entre o empregado e o empregador existe uma pessoa, uma empresa ou uma cooperativa fazendo a intermediação.

Para os empregados contratados de forma intermediária, foi investigado também o tipo de contratação: para as atividades não agrícolas, pesquisou-se se a contratação ocorreu por meio de empresa locadora de mão de obra, pessoa intermediária, ou outra forma de contratação; para as atividades agrícolas, se a contratação ocorreu por meio de empresa empreiteira, exceto cooperativa, de gato/empreiteiro, de cooperativa ou outra forma.

Para as atividades não agrícolas, os dados apresentados na Tabela 6 mostram que a maioria das contratações intermediárias (64,7%) se deu por meio de pessoa intermediária, seguida pela contratação feita por empresa locadora de mão de obra (30,4%). Situação similar foi observada em todas as Grandes Regiões. Na Região Nordeste, o percentual de contratações por pessoa intermediária (74,7%) era superior ao observado nas demais regiões.

Nas atividades agrícolas, ainda segundo a Tabela 6, 46,3% das contratações intermediárias aconteceram por meio de gato/empreiteiro, que alcançaram 56,8% na Região Nordeste, vindo a seguir a contratação feita por empresas empreiteiras, exceto cooperativas, com 41,1%.

Tabela 6 - Empregados de 16 anos ou mais de idade no trabalho principal da semana de referência, contratadas de forma intermediária, por Grandes Regiões, segundo o setor de atividade e a tipo de contratação intermediária - 2015

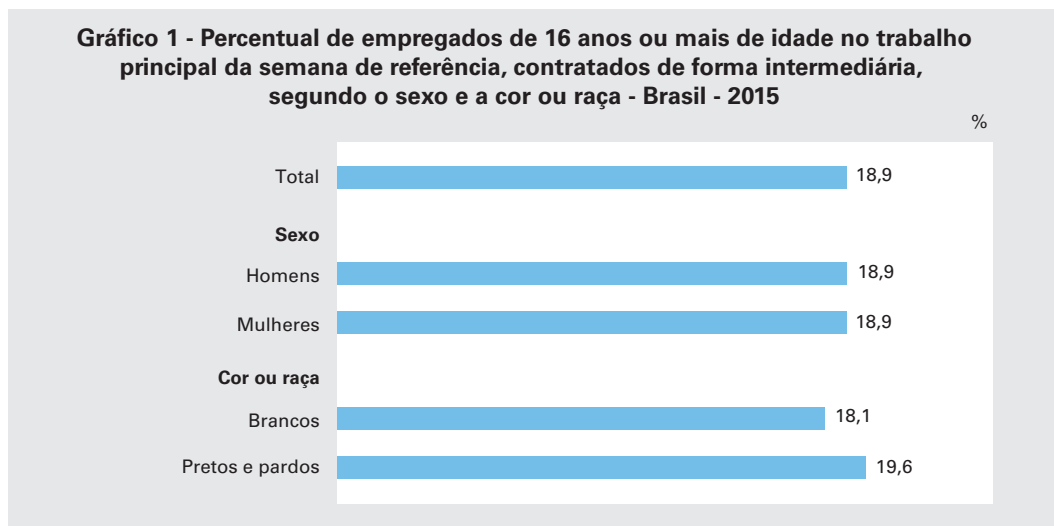
Setor de atividade e tipo de contratação intermediária	Empregados de 16 anos ou mais de idade no trabalho principal da semana de referência					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Valores absolutos (1 000 pessoas)						
Total	9 779	648	2 243	4 736	1 362	789
Não agrícola	9 591	641	2 173	4 662	1 338	777
Empresa locadora de mão de obra	2 918	174	434	1 645	439	226
Pessoa intermediária	6 205	432	1 624	2 809	829	511
Outros	469	35	115	208	70	40
Agrícola	187	7	70	74	24	12
Empresa empreiteira, exceto cooperativa	77	4	20	23	19	11
Gato/empreiteiro	87	3	40	38	5	2
Cooperativa	13	-	-	13	-	-
Outros	11	-	11	-	-	-
Valores relativos (%)						
Não agrícola	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Empresa locadora de mão de obra	30,4	27,1	20,0	35,3	32,8	29,1
Pessoa intermediária	64,7	67,4	74,7	60,2	62,0	65,7
Outros	4,9	5,5	5,3	4,5	5,2	5,2
Agrícola	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Empresa empreiteira, exceto cooperativa	41,1	62,1	27,9	31,6	79,9	86,8
Gato/empreiteiro	46,3	37,9	56,8	51,1	20,1	13,2
Cooperativa	6,9	-	-	17,4	-	-
Outros	5,7	-	15,3	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015.

Nota: Inclusive empregados do setor privado em atividades agrícolas e não agrícolas e trabalhadores domésticos.

Características demográficas e do trabalho

Conforme mostra o Gráfico 1, entre os homens, o percentual de contratados de forma intermediária era igual ao verificado entre as mulheres (18,9%), e a desagregação por cor ou raça apontou que entre os pretos e pardos (19,6%) esse tipo de contratação foi mais frequente que o verificado entre os brancos (18,1%).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015.

Nota: Somente empregados do setor privado e trabalhadores domésticos.

Como mostra o Gráfico 2, entre os empregados com carteira de trabalho assinada, 19,5% eram contratados de forma intermediária. A incidência entre os sem carteira era de 17,3%, inferior, portanto, ao que foi estimado para os trabalhadores domésticos (18,1%).

Analisou-se, também, a incidência da contratação intermediária de empregados nos diferentes grupamentos de atividade. A construção registrou o maior contingente, com cerca de 1,2 milhão, ou 28,3% dos empregados da atividade; o grupamento agrícola, por sua vez, apresentou o menor contingente, com 187 mil, ou apenas 5,1% dos empregados da atividade.

Gráfico 2 - Percentual de empregados de 16 anos ou mais de idade no trabalho principal da semana de referência, contratados de forma intermediária, segundo as faixas de rendimento médio, a categoria do emprego e os grupamentos de atividade - Brasil - 2015



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015.

Nota: Somente empregados do setor privado e trabalhadores domésticos.

Grau de satisfação dos empregados sobre as condições de trabalho efetivamente encontradas frente às que foram previamente acordadas

No âmbito do trabalho decente, a percepção da população trabalhadora acerca de suas condições de trabalho permite desenvolver também indicadores de natureza qualitativa. Nesse contexto, um importante ponto de partida é conhecer o grau de satisfação dos empregados quanto a tais condições, considerando para tal o trabalho principal da semana de referência. Adotou-se, como opção de resposta, a seguinte escala de avaliação subjetiva: insatisfeito, pouco satisfeito, indiferente, satisfeito e muito satisfeito.

Na construção dos comentários, foram agregados os percentuais referentes às opções de resposta satisfeito e muito satisfeito, visando garantir a precisão das estimativas e facilitar a compreensão dos resultados.

Panorama geral

Como visto na Tabela 7, dos 51,7 milhões de empregados, 76,9% se declararam satisfeitos ou muito satisfeitos com as condições de trabalho encontradas frente às que foram previamente acordadas; 10,6% se mostraram pouco satisfeitos; 5,5% estavam insatisfeitos; e 7,0% ficaram indiferentes a esta avaliação.

Nas cinco Grandes Regiões, a avaliação foi similar à observada no Brasil, com um grau de satisfação ligeiramente mais acentuado nas Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Essa estimativa não apresentou diferenças significativas quando os dados são analisados segundo a forma de contratação do empregado (intermediária ou diretamente pelo empregador).

Tabela 7 - Distribuição dos empregados de 16 anos ou mais de idade no trabalho principal da semana de referência, por Grandes Regiões, segundo o grau de satisfação no que diz respeito às condições prometidas previamente em relação ao que foi efetivamente encontrado no trabalho principal que tinha na semana de referência - 2015

Grau de satisfação no que diz respeito às condições prometidas previamente em relação ao que foi efetivamente encontrado no trabalho principal que tinha na semana de referência	Distribuição dos empregados de 16 anos ou mais de idade no trabalho principal da semana de referência (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Insatisfeito	5,5	6,2	7,2	5,3	4,0	4,8
Pouco satisfeito	10,6	14,5	13,4	9,9	7,6	10,5
Indiferente	7,0	7,6	6,4	7,5	6,7	6,2
Satisfeito	70,7	67,3	68,1	70,7	74,1	73,7
Muito satisfeito	6,2	4,4	5,0	6,7	7,7	4,8

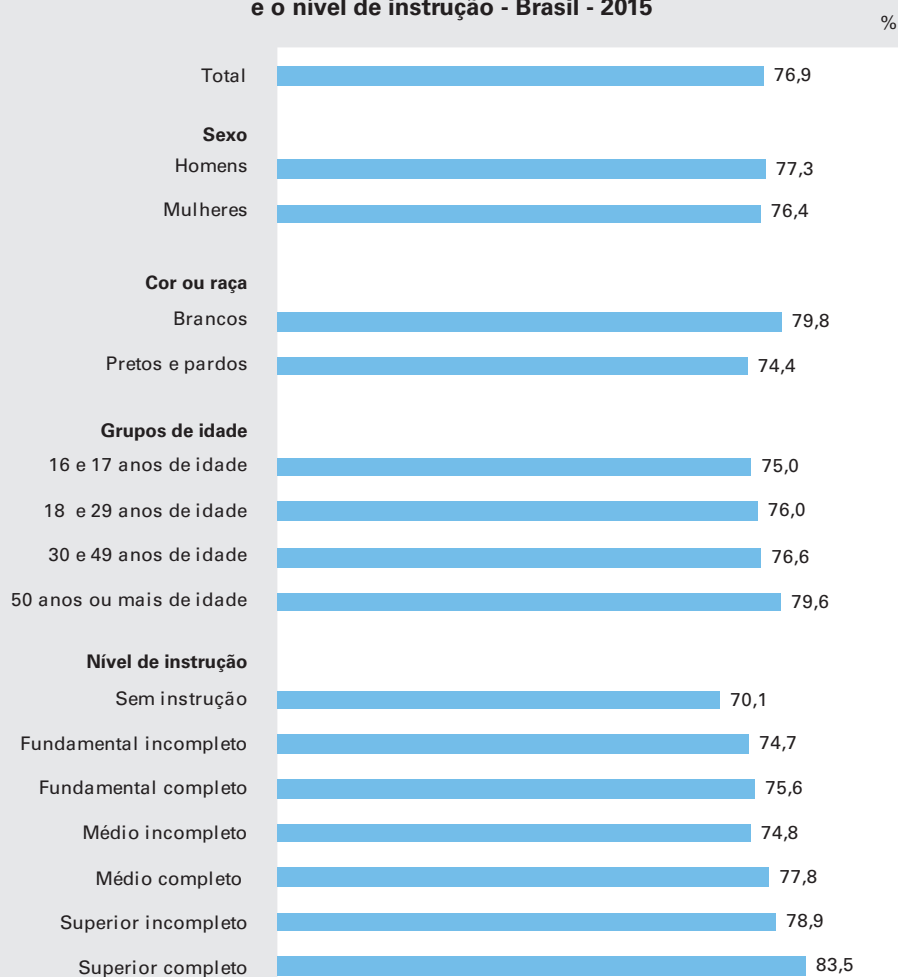
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015.

Nota: Somente empregados do setor privado e trabalhadores domésticos.

Características demográficas e educacionais do empregado

No Gráfico 3, é possível verificar o grau de satisfação do empregado com as condições de trabalho encontradas frente às que foram previamente acordadas, segundo algumas características demográficas e educacionais. Constatou-se, em primeiro lugar, que não existem diferenças importantes entre homens e mulheres. Com relação à cor ou raça, observou-se frequência maior de satisfeitos ou muito satisfeitos entre os brancos (79,8%) do que entre os pretos ou pardos (74,4%). Quanto à faixa etária, 79,6% dos empregados com 50 anos ou mais de idade estavam satisfeitos ou muito satisfeitos, estimativa superior à dos jovens de 16 e 17 anos (75,0%). Entre os empregados com nível de instrução superior completo, 83,5% se declararam satisfeitos ou muito satisfeitos com as condições de trabalho encontradas, valor este significativamente superior ao daqueles sem instrução (70,1%).

Gráfico 3 - Percentual de empregados de 16 anos ou mais de idade no trabalho principal da semana de referência, satisfeitos ou muito satisfeitos com as condições prometidas previamente em relação ao que foi efetivamente encontrado, segundo o sexo, a cor ou raça, os grupos de idade e o nível de instrução - Brasil - 2015

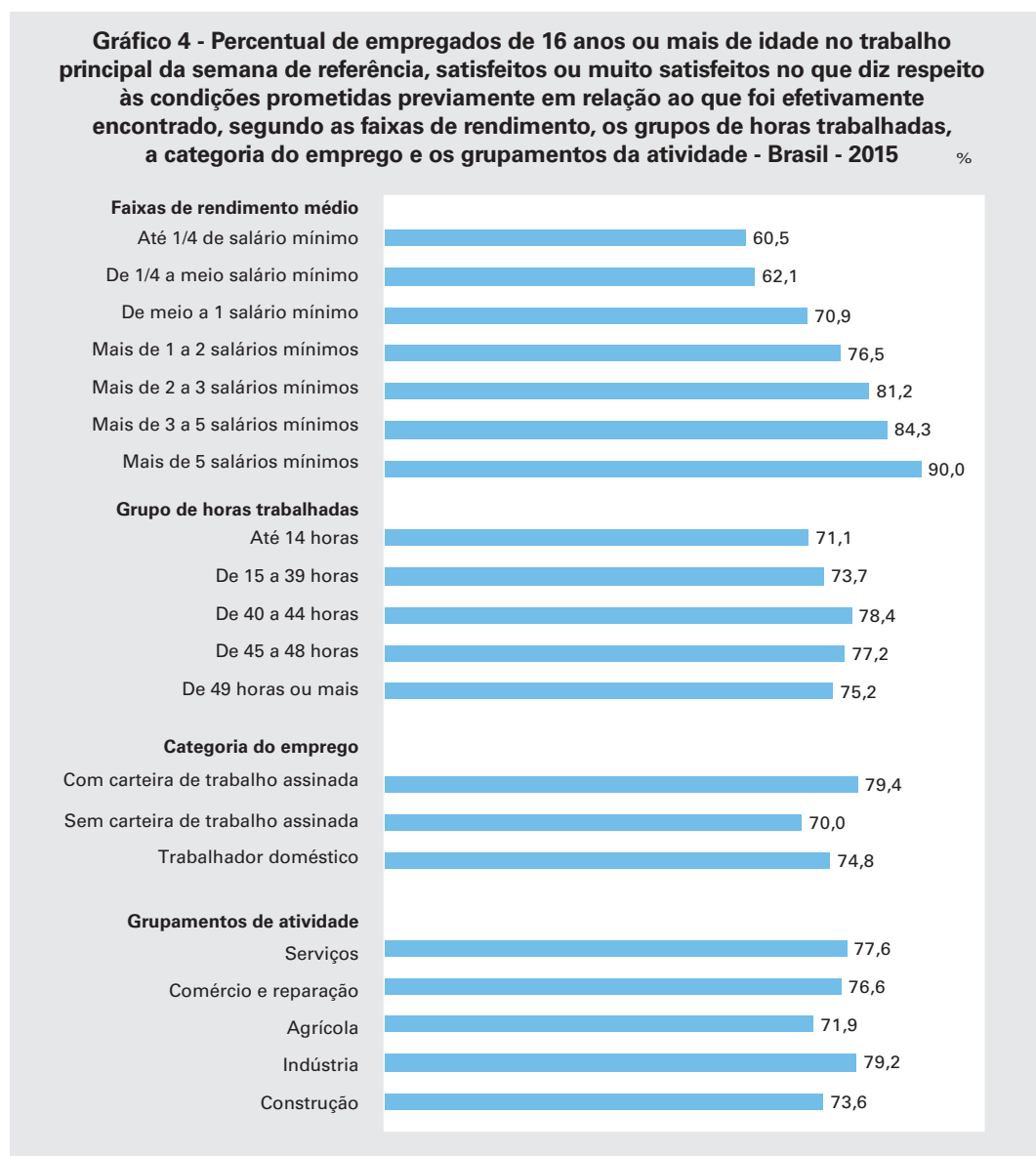


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015.

Nota: Somente empregados do setor privado e trabalhadores domésticos.

Características gerais do trabalho

No que diz respeito a algumas características gerais do trabalho, apresentadas no Gráfico 4, observou-se que, quanto mais elevada a faixa de rendimento, maior o percentual de empregados satisfeitos ou muito satisfeitos com as condições de trabalho encontradas frente às que foram previamente acordadas. Entre os empregados na faixa de rendimento superior a 5 salários mínimos, 90,1% estavam satisfeitos ou muito satisfeitos, enquanto para aqueles na faixa até ¼ do salário mínimo essa proporção era de 60,4%. Considerando os empregados que trabalhavam de 40 a 44 horas, faixa que concentrava a maioria expressiva dos trabalhadores, 78,4% estavam satisfeitos ou muito satisfeitos. No conjunto dos empregados do setor privado com carteira de trabalho assinada, 79,4% estavam satisfeitos ou muito satisfeitos, e, entre aqueles sem carteira, apenas 70,0%. No grupamento de atividade da indústria, a proporção de satisfeitos ou muito satisfeitos atingiu 79,2% dos empregados.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015.

Nota: Somente empregados do setor privado e trabalhadores domésticos.

Jornada e rendimento de trabalho

Na avaliação dos empregados, a jornada e o rendimento de trabalho efetivamente encontrados estavam, na maioria das vezes, consoantes com o acordado com o empregador (mais de 90,0% em ambos os casos). Esse comportamento foi similar nas cinco Grandes Regiões, conforme ilustram as Tabelas 8 e 9.

Tabela 8 - Distribuição dos empregados de 16 anos ou mais de idade no trabalho principal da semana de referência, por Grandes Regiões, segundo a avaliação do acordo feito com o empregador sobre as horas efetivamente trabalhadas - 2015

Avaliação do acordo com o empregador sobre as horas efetivamente trabalhadas	Distribuição dos empregados de 16 anos ou mais de idade no trabalho principal da semana de referência (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Na maioria das vezes estava dentro do que foi acertado	92,0	90,3	90,6	92,5	93,1	91,8
Na maioria das vezes estava inferior ao que foi acertado previamente	1,8	3,3	1,8	1,4	2,0	2,5
Na maioria das vezes estava superior ao que foi acertado previamente	6,2	6,4	7,7	6,1	4,9	5,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015.

Nota: Somente empregados do setor privado e trabalhadores domésticos.

Tabela 9 - Distribuição dos empregados de 16 anos ou mais de idade no trabalho principal da semana de referência, por Grandes Regiões, segundo a avaliação do acordo feito com o empregador sobre o rendimento efetivamente recebido - 2015

Avaliação do acordo com o empregador sobre o rendimento efetivamente recebido	Distribuição dos empregados de 16 anos ou mais de idade no trabalho principal da semana de referência (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Na maioria das vezes estava dentro do que foi acertado	94,0	91,9	93,2	94,8	93,1	94,0
Na maioria das vezes estava inferior ao que foi acertado previamente	4,3	5,8	5,0	3,4	5,3	4,1
Na maioria das vezes estava superior ao que foi acertado previamente	1,8	2,3	1,9	1,7	1,5	1,9

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015.

Nota: Somente empregados do setor privado e trabalhadores domésticos.

Impedimento para o empregado sair do trabalho

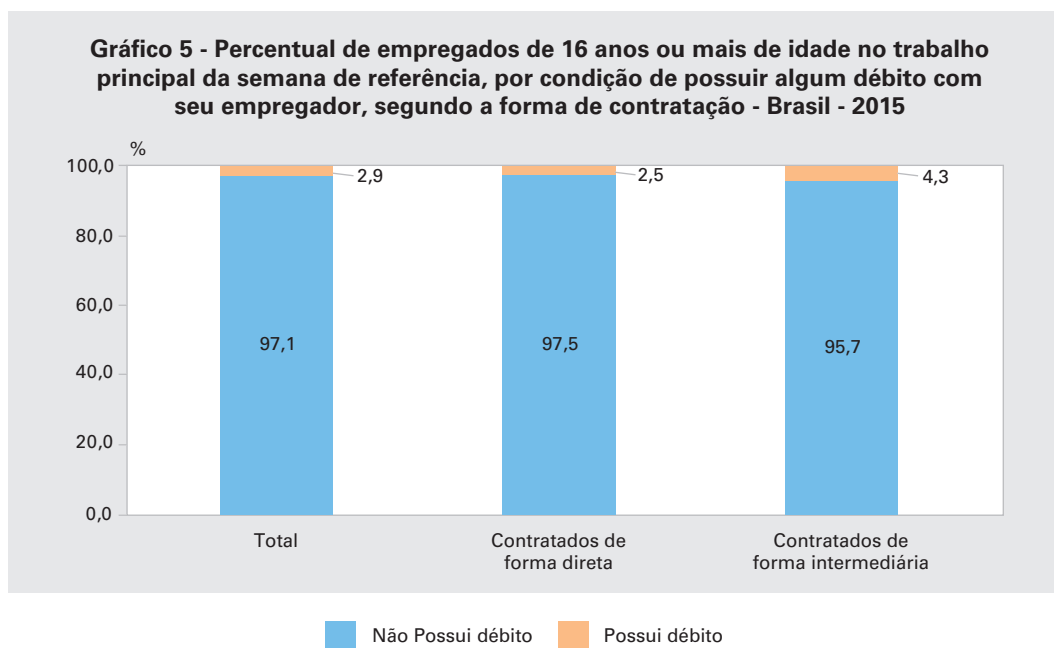
A noção de trabalho decente integra as dimensões quantitativa e qualitativa do emprego e representa o ponto de convergência dos quatro objetivos estratégicos da OIT: normas e princípios e direitos fundamentais no trabalho; emprego; proteção social; e diálogo social.

A percepção dos trabalhadores no que diz respeito à sua autonomia na relação de trabalho, tendo como referência o marco da legislação e o cumprimento dos princípios e direitos fundamentais do trabalho, um dos eixos primordiais do conceito e

promoção do trabalho decente, é um elemento central na busca de um ambiente e de condições de trabalho mais equitativos. Nesse contexto, foi investigado um aspecto que impedia o empregado de sair do trabalho que tinha na semana de referência: a existência de algum débito financeiro com seu empregador.

Dos 51,7 milhões de empregados, cerca de 1,5 milhão (2,9%) tinha algum tipo de débito financeiro com seu empregador que o impedia de sair do trabalho. Entre os contratados de forma direta pelo empregador, o débito com o patrão era limitação de saída do trabalho para 2,5%, correspondentes a aproximadamente 1 milhão de empregados. Entre os contratados de forma intermediária, essa proporção era superior, atingindo 4,3%, ou 420 mil empregados, conforme pode ser verificado no Gráfico 5.

Foram pesquisados os diferentes tipos de débitos financeiros com os empregadores que impediam os empregados de saírem de seus respectivos trabalhos. Cerca de 948 mil tinham algum tipo de débito relacionado com alimentação; 774 mil, com transporte; 373 mil, com instrumentos de trabalho; 266 mil, com aluguel; e 156 mil, com outro tipo de débito.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015.

Nota: Somente empregados do setor privado e trabalhadores domésticos.

Direitos usufruídos pelos empregados que possuíam remuneração em dinheiro

A Tabela 10 apresenta estimativas referentes à existência de alguns direitos usufruídos pelos empregados que possuíam remuneração em dinheiro no trabalho principal da semana de referência. Seus resultados serão comentados no próximo tópico, juntamente com a avaliação do grau de satisfação dos empregados em relação a esses direitos, os quais constituem aspectos das relações de trabalho associados à noção de trabalho decente.

Tabela 10 - Empregados de 16 anos ou mais de idade no trabalho principal da semana de referência, que possuíam remuneração em dinheiro, por Grandes Regiões, segundo os direitos que possuíam no trabalho - 2015

Direitos possuídos no trabalho da semana de referência	Empregados de 16 anos ou mais de idade no trabalho principal da semana de referência, que possuíam remuneração em dinheiro					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Valores absolutos (1 000 pessoas)						
Auxílio-alimentação (1)						
Recebia	21 279	1 071	3 521	12 101	3 066	1 521
Não recebia	30 110	2 045	7 353	12 697	5 412	2 603
Flexibilidade de horário (1)						
Tinham flaxibilidade	43 791	2 496	9 131	21 069	7 546	3 549
Não tinham flexibilidade	7 599	619	1 743	3 729	933	575
Processo de capacitação profissional (1)						
Era oferecido capacitação	32 245	1 745	5 707	16 279	5 906	2 609
Não era oferecido capacitação	19 144	1 370	5 167	8 519	2 572	1 516
Promoção de igualdade e oportunidade e tratamento no ambiente de trabalho (2)						
Tinham promoção de igualdade e oportunidade de trabalho	43 106	2 502	8 508	21 287	7 404	3 405
Não cabe avaliar, pois trabalha em local com menos de 3 empregados	1 907	191	791	608	185	132
Benefícios sociais complementares (1)						
Possuía benefícios sociais	25 168	1 378	4 175	13 134	4 507	1 974
Não possuía benefícios sociais	26 222	1 737	6 698	11 665	3 971	2 150
Valores relativos (%)						
Auxílio-alimentação (1)						
Recebia	41,4	34,4	32,4	48,8	36,2	36,9
Não recebia	58,6	65,6	67,6	51,2	63,8	63,1
Flexibilidade de horário (1)						
Tinham flaxibilidade	85,2	80,1	84,0	85,0	89,0	86,1
Não tinham flexibilidade	14,8	19,9	16,0	15,0	11,0	13,9
Processo de capacitação profissional (1)						
Era oferecido capacitação	62,7	56,0	52,5	65,6	69,7	63,3
Não era oferecido capacitação	37,3	44,0	47,5	34,4	30,3	36,7
Promoção de igualdade e oportunidade e tratamento no ambiente de trabalho (2)						
Tinham promoção de igualdade e oportunidade de trabalho	95,8	92,9	91,5	97,2	97,6	96,3
Não cabe avaliar, pois trabalha em local com menos de 3 empregados	4,2	7,1	8,5	2,8	2,4	3,7
Benefícios sociais complementares (1)						
Possuía benefícios sociais	49,0	44,2	38,4	53,0	53,2	47,9
Não possuía benefícios sociais	51,0	55,8	61,6	47,0	46,8	52,1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015.

(1) Somente empregados do setor privado e trabalhadores domésticos. (2) Somente empregados do setor privado em empreendimentos com pelo menos três empregados.

Grau de satisfação dos empregados com alguns aspectos das relações de trabalho associados à noção de trabalho decente

Com o objetivo de avaliar alguns aspectos das relações de trabalho associados à noção de trabalho decente, foram feitas oito perguntas sobre o grau de satisfação dos empregados do setor privado e trabalhadores domésticos que possuíam remuneração em dinheiro. Entre os aspectos pesquisados, figuram: nível do salário e dos complementos salariais; existência e valor do auxílio-alimentação; jornada de trabalho; existência e avaliação da flexibilidade de horário; processo de capacitação profissional; promoção de igualdade de oportunidade e de tratamento no ambiente de trabalho; salubridade e segurança no ambiente de trabalho; e benefícios sociais complementares. Considerou-se para tal o trabalho principal da semana de referência, adotando-se, como opção de resposta, a seguinte escala de avaliação subjetiva: insatisfeito, pouco satisfeito, indiferente, satisfeito e muito satisfeito.

Na construção dos comentários, foram agregados os percentuais referentes às opções de resposta satisfeito e muito satisfeito, visando garantir a precisão das estimativas e facilitar a compreensão dos resultados.

Nível do salário e dos complementos/gratificações salariais

Com relação ao nível do salário e dos complementos/gratificações salariais que recebiam, 60,1% dos empregados do setor privado e trabalhadores domésticos que possuíam remuneração em dinheiro se posicionaram como satisfeitos ou muito satisfeitos; 7,9% se mostraram indiferentes; e 31,9%, pouco satisfeitos ou insatisfeitos. Nas Regiões Nordeste (53,3%) e Norte (56,2%), foram observados os menores percentuais de empregados satisfeitos ou muito satisfeitos, conforme ilustra a Tabela 11.

Tabela 11 - Distribuição dos empregados de 16 anos ou mais de idade no trabalho principal da semana de referência, que possuíam remuneração em dinheiro, por Grandes Regiões, segundo a avaliação do nível do salário e dos complementos/gratificações salariais - 2015

Avaliação do nível do salário e dos complementos/gratificações salariais	Distribuição dos empregados de 16 anos ou mais de idade no trabalho principal da semana de referência, que possuíam remuneração em dinheiro(%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Insatisfeito	11,5	12,6	14,8	11,2	8,3	10,3
Pouco satisfeito	20,4	22,7	24,1	19,9	16,7	20,2
Indiferente	7,9	8,5	7,8	8,0	7,7	7,5
Satisfeito	57,4	54,1	50,8	58,1	63,9	60,0
Muito satisfeito	2,7	2,1	2,4	2,8	3,3	2,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015.

Nota: Somente empregados do setor privado e trabalhadores domésticos.

Auxílio-alimentação

Quanto ao auxílio-alimentação, 21,3 milhões (41,4%) dos empregados do setor privado e trabalhadores domésticos que possuíam remuneração em dinheiro o recebiam, destacando-se a Região Sudeste como a que apresentou o maior percentual de acesso a tal benefício (48,8%). Nas demais regiões, esse percentual não atingiu a marca dos 40%, sendo observadas, nas Regiões Nordeste (32,4%) e Norte (34,4%), as menores proporções, conforme pode ser verificado na Tabela 10.

Com relação ao valor do auxílio-alimentação, 66,1% dos empregados do setor privado e trabalhadores domésticos que possuíam remuneração em dinheiro e recebiam tal auxílio se mostraram satisfeitos ou muito satisfeitos com o respectivo valor. Na Região Sul, essa proporção foi maior, alcançando 70,5%, enquanto na Região Nordeste ficou em 61,7%, sendo este o menor percentual de empregados satisfeitos ou muito satisfeitos do País relativamente ao item, como mostra a Tabela 12.

Tabela 12 - Distribuição dos empregados de 16 anos ou mais de idade no trabalho principal da semana de referência, que possuíam remuneração em dinheiro e recebiam auxílio-alimentação, por Grandes Regiões, segundo a avaliação do valor do auxílio-alimentação que recebiam - 2015

Avaliação do valor do auxílio-alimentação que recebia	Distribuição dos empregados de 16 anos ou mais de idade no trabalho principal da semana de referência, que possuíam remuneração em dinheiro e recebiam auxílio-alimentação (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Insatisfeito	9,7	11,3	12,7	9,4	7,8	8,2
Pouco satisfeito	15,6	16,2	16,3	15,6	13,3	17,7
Indiferente	8,7	8,3	9,3	8,7	8,4	7,9
Satisfeito	63,0	61,7	58,8	63,7	65,4	63,2
Muito satisfeito	3,1	2,5	2,9	2,7	5,1	3,1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015.

Nota: Somente empregados do setor privado e trabalhadores domésticos.

Jornada de trabalho

No que concerne à jornada de trabalho, a pesquisa revelou que a Região Sul detinha o maior percentual de empregados do setor privado e trabalhadores domésticos satisfeitos ou muito satisfeitos (80,0%). Nas Regiões Sudeste (72,2%) e Centro-Oeste (74,5%), os índices ultrapassaram 70%, enquanto nas Regiões Nordeste (67,2%) e Norte (68,6%) foram registrados os menores percentuais de empregados satisfeitos ou muito satisfeitos, como visto na Tabela 13.

Tabela 13 - Distribuição dos empregados de 16 anos ou mais de idade no trabalho principal da semana de referência, que possuíam remuneração em dinheiro, por Grandes Regiões, segundo a avaliação da jornada de trabalho - 2015

Avaliação da jornada de trabalho	Distribuição dos empregados de 16 anos ou mais de idade no trabalho principal da semana de referência, que possuíam remuneração em dinheiro (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Insatisfeito	6,4	8,0	8,7	6,0	4,5	5,6
Pouco satisfeito	12,0	13,5	15,3	12,1	7,2	11,6
Indiferente	9,2	9,8	8,8	9,8	8,2	8,2
Satisfeito	69,6	66,9	64,6	69,5	76,1	71,8
Muito satisfeito	2,8	1,7	2,6	2,7	3,9	2,7

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015.

Nota: Somente empregados do setor privado e trabalhadores domésticos.

Flexibilidade de horário no trabalho

A flexibilidade de horário no trabalho, importante no processo de conciliação com a vida familiar, cuidados com a saúde, condução dos estudos, entre outros aspectos, era concedida a 43,8 milhões (85,2%) dos empregados do setor privado e trabalhadores domésticos que possuíam remuneração em dinheiro. Embora em todas as regiões esse percentual tivesse atingido a marca dos 80%, vale destacar que, na Região Sul, 89,0% dispunham dessa flexibilidade, sendo este o maior índice regional relativamente ao item. A Região Norte, por outro lado, apresentou a menor proporção (80,1%), como mostra a Tabela 10.

No que diz respeito ao grau de satisfação, 76,0% dos empregados do setor privado e trabalhadores domésticos que possuíam remuneração em dinheiro concluíram estar satisfeitos ou muito satisfeitos com a flexibilidade de seu horário no trabalho. Na Região Sul, 80,6% dos investigados também se declararam assim, sendo este o maior percentual do País relativamente ao item, o que representa uma diferença expressiva em relação à Região Norte (70,2%), que registrou a menor proporção entre as regiões, conforme observado na Tabela 14.

Tabela 14 - Distribuição dos empregados de 16 anos ou mais de idade no trabalho principal da semana de referência, que possuíam remuneração em dinheiro e tinham flexibilidade de horário no trabalho, por Grandes Regiões, segundo a avaliação da flexibilidade de horário - 2015

Avaliação da flexibilidade de horário	Distribuição dos empregados de 16 anos ou mais de idade no trabalho principal da semana de referência, que possuíam remuneração em dinheiro e tinham flexibilidade de horário no trabalho (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Insatisfeito	4,6	6,3	5,7	4,0	4,0	5,1
Pouco satisfeito	9,7	13,4	11,6	9,7	6,5	9,5
Indiferente	9,6	10,2	9,3	9,9	8,9	10,1
Satisfeito	70,4	66,1	68,0	71,1	72,7	71,0
Muito satisfeito	5,6	4,1	5,4	5,3	7,9	4,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015.

Nota: Somente empregados do setor privado e trabalhadores domésticos.

Processo de capacitação profissional

Considerando o processo de capacitação profissional, 32,2 milhões (62,7%) dos empregados do setor privado e trabalhadores domésticos que possuíam remuneração em dinheiro tiveram acesso ao benefício. As Regiões Centro-Oeste (63,3%), Sudeste (65,6%) e Sul (69,7%) ultrapassaram o patamar dos 60%, valor este superior ao observado nas Regiões Nordeste (52,5%) e Norte (56,0%), como mostra a Tabela 10.

Entre os empregados do setor privado e trabalhadores domésticos que possuíam remuneração em dinheiro e cujo processo de treinamento era oferecido no local de trabalho, 70,3% se mostraram satisfeitos ou muito satisfeitos com o serviço ofertado. Nas Regiões Sudeste (71,0%), Centro-Oeste (71,7%) e Sul (75,1%), esses percentuais ultrapassaram 70%, enquanto nas Regiões Norte (64,2%) e Nordeste (64,7%) foram observados valores inferiores, conforme observado na Tabela 15.

Tabela 15 - Distribuição dos empregados de 16 anos ou mais de idade no trabalho principal da semana de referência, que possuíam remuneração em dinheiro e recebiam capacitação profissional no trabalho, por Grandes Regiões, segundo a avaliação do processo de capacitação profissional - 2015

Avaliação do processo de capacitação profissional	Distribuição dos empregados de 16 anos ou mais de idade no trabalho principal da semana de referência, que possuíam remuneração em dinheiro e recebiam capacitação profissional no trabalho (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Insatisfeito	4,7	7,3	5,8	4,3	4,0	4,1
Pouco satisfeito	9,0	12,7	12,3	8,3	6,2	9,7
Indiferente	16,0	15,7	17,1	16,4	14,8	14,5
Satisfeito	66,2	60,8	60,6	66,9	70,1	69,0
Muito satisfeito	4,1	3,4	4,1	4,1	5,0	2,7

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015.

Nota: Somente empregados do setor privado e trabalhadores domésticos.

Promoção de igualdade de oportunidade e de tratamento no ambiente de trabalho

A avaliação da promoção de igualdade de oportunidade e de tratamento no ambiente de trabalho levou em conta o sexo, a cor ou raça, a idade, a existência de deficiência, a orientação sexual, entre outras características.

Relativamente a este item, 70,7% dos empregados do setor privado com pelo menos três ou mais empregados no empreendimento em que trabalhavam e que possuíam remuneração em dinheiro se declararam satisfeitos ou muito satisfeitos. Nas Regiões Sudeste (71,0%), Sul (74,2%) e Centro-Oeste (74,7%), esses valores ultrapassaram 70%, enquanto as Regiões Nordeste (66,4%) e Norte (68,8%) apresentaram percentuais inferiores, como apresentado na Tabela 16.

Tabela 16 - Distribuição dos empregados de 16 anos ou mais de idade no trabalho principal da semana de referência, que possuíam remuneração em dinheiro e em cujo trabalho havia promoção de igualdade de oportunidades e tratamentos, por Grandes Regiões, segundo a avaliação da promoção de igualdade de oportunidade e tratamento - 2015

Avaliação da promoção de igualdade de oportunidade e tratamento	Distribuição dos empregados de 16 anos ou mais de idade no trabalho principal da semana de referência, que possuíam remuneração em dinheiro e em cujo trabalho havia promoção de igualdade de oportunidades e tratamentos (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Insatisfeito	4,5	4,8	5,9	4,3	3,9	3,6
Pouco satisfeito	6,4	8,7	7,6	6,1	5,1	5,9
Indiferente	18,3	17,7	20,1	18,7	16,8	15,9
Satisfeito	65,2	64,3	61,5	65,3	67,7	69,8
Muito satisfeito	5,5	4,5	4,9	5,7	6,5	4,9

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015.

Nota: Somente empregados do setor privado em empreendimentos com pelo menos três empregados.

Salubridade e segurança no ambiente de trabalho

A salubridade e a segurança no ambiente de trabalho foram avaliadas com base tanto no controle de risco e prevenção de acidentes como no fornecimento e capacitação para o uso do equipamento de proteção individual.

Relativamente a este item, 71,1% dos empregados do setor privado com pelo menos três ou mais empregados no empreendimento em que trabalhavam e que possuíam remuneração em dinheiro se declararam satisfeitos ou muito satisfeitos. Nas Regiões Sudeste (73,2%), Centro-Oeste (74,2%) e Sul (78,2%), esses valores ultrapassaram 70%, enquanto nas Regiões Nordeste (61,7%) e Norte (62,4%) foram verificados percentuais menores, como ilustra a Tabela 17.

Tabela 17 - Distribuição dos empregados do setor privado de 16 anos ou mais de idade no trabalho principal da semana de referência, que possuíam remuneração em dinheiro, exclusive os empregados domésticos, por Grandes Regiões, segundo a avaliação da salubridade e segurança no ambiente do trabalho - 2015

Avaliação da salubridade e segurança no ambiente do trabalho	Distribuição dos empregados do setor privado de 16 anos ou mais de idade no trabalho principal da semana de referência, que possuíam remuneração em dinheiro (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Insatisfeito	6,4	8,5	9,6	5,6	4,4	4,9
Pouco satisfeito	9,4	15,0	13,4	7,9	7,3	8,8
Indiferente	13,0	14,1	15,2	13,2	10,1	12,1
Satisfeito	65,9	59,5	57,9	67,6	71,3	69,5
Muito satisfeito	5,2	2,9	3,8	5,6	6,9	4,7

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015.

Nota: Somente empregados do setor privado.

Benefícios sociais complementares

Os benefícios sociais complementares eram oferecidos a 25,2 milhões (49,0%) de empregados do setor privado e trabalhadores domésticos que possuíam remuneração em dinheiro. Nas Regiões Sudeste (53,0%) e Sul (53,2%), os percentuais de empregados que tiveram acesso a tais benefícios foram superiores aos observados nas Regiões Nordeste (38,4%), Norte (44,2%) e Centro-Oeste (47,9%), como visto na Tabela 10. A Região Nordeste destaca-se, assim, como a de menor percentual de trabalhadores com acesso a benefícios sociais complementares, resultado este que dialoga com os indicadores de categoria do emprego, que também a apontam como a região de menor proporção de emprego registrado.

No que diz respeito a este item, 57,8% dos empregados do setor privado e trabalhadores domésticos que possuíam remuneração em dinheiro estavam satisfeitos ou muito satisfeitos com os benefícios recebidos. Comportamento similar foi observado nas Regiões Centro-Oeste (58,3%), Sul (59,8%) e Sudeste (60,0%), conforme mostra a Tabela 18.

Tabela 18 - Distribuição dos empregados de 16 anos ou mais de idade no trabalho principal da semana de referência, que possuíam remuneração em dinheiro e tinham benefícios sociais complementares no trabalho, por Grandes Regiões, segundo a avaliação dos benefícios sociais complementares - 2015

Avaliação dos benefícios sociais complementares	Distribuição dos empregados de 16 anos ou mais de idade no trabalho principal da semana de referência, que possuíam remuneração em dinheiro e tinham benefícios sociais complementares no trabalho (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Insatisfeito	10,4	12,3	15,1	9,1	8,9	11,0
Pouco satisfeito	14,0	16,8	15,8	14,1	11,7	13,3
Indiferente	17,8	19,0	19,3	16,7	19,6	17,3
Satisfeito	55,3	50,5	47,8	57,5	56,5	56,4
Muito satisfeito	2,5	1,4	2,0	2,5	3,3	1,9

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015.

Nota: Somente empregados do setor privado e trabalhadores domésticos.

Análise comparativa do grau de satisfação dos empregados com alguns aspectos das relações de trabalho associados à noção de trabalho decente

As Tabelas 19 a 24 proporcionam comparações dos resultados referentes ao grau de satisfação dos empregados do setor privado e trabalhadores domésticos que possuíam remuneração em dinheiro relativamente aos oito aspectos das relações de trabalho vistos no tópico anterior, segundo algumas características demográficas, educacionais e do trabalho. Essas tabelas foram construídas agregando-se, para cada um dos aspectos avaliados, os percentuais dos empregados satisfeitos ou muito satisfeitos, e, para melhor visualização dos resultados, adotou-se uma escala de cor que expressa o respectivo grau de satisfação, de acordo com determinada característica. Assim, quanto mais escura a célula observada, maior o percentual de empregados satisfeitos ou muito satisfeitos naquele recorte.

No plano tabular da pesquisa, disponibilizado no portal do IBGE na Internet, é possível encontrar os resultados completos e desagregados das avaliações dos empregados.

Características demográficas do empregado

A Tabela 19 ilustra o grau de satisfação dos empregados do setor privado e trabalhadores domésticos que possuíam remuneração em dinheiro, segundo o sexo, a cor ou raça e os grupos de idade.

A análise por sexo leva a concluir que o percentual de satisfeitos ou muito satisfeitos entre os empregados homens era superior ao observado entre as mulheres. Os percentuais de mulheres satisfeitas ou muito satisfeitas só suplantaram os de homens em três aspectos: flexibilidade de horário no trabalho, promoção de igualdade de oportunidade e de tratamento no ambiente de trabalho, e salubridade e segurança no ambiente de trabalho.

Relativamente à cor ou raça, os resultados revelam que o percentual de satisfeitos ou muito satisfeitos entre os empregados de cor branca era superior ao verificado entre os de cor preta e parda em todos os aspectos investigados.

Considerando os grupos de idade, observa-se que os adultos estavam mais satisfeitos que os jovens nos aspectos das relações de trabalho investigados, sobretudo aqueles com 50 anos ou mais de idade. Os jovens só se mostraram mais satisfeitos nos aspectos referentes ao valor do auxílio-alimentação e à flexibilidade no horário de trabalho.

Tabela 19 - Percentual dos empregados de 16 anos ou mais de idade no trabalho principal da semana de referência, satisfeitos ou muito satisfeitos, por sexo, cor ou raça e grupos de idade, segundo alguns aspectos investigados referentes às condições do trabalho - 2015

Aspectos investigados referentes às condições do trabalho	Percentual dos empregados de 16 anos ou mais de idade no trabalho principal da semana de referência, satisfeitos ou muito satisfeitos (%)							
	Sexo		Cor ou raça		Grupos de idade			
	Homens	Mulheres	Branco	Pretos e Pardos	16 e 17 anos	18 a 29 anos	30 a 49 anos	50 anos ou mais
Nível do salário e dos complementos/gratificações salariais do trabalho (1)	61,4	58,5	64,2	56,6	59,4	58,8	60,2	62,7
Valor do auxílio-alimentação que recebia no trabalho (1)	66,8	65,0	68,2	64,0	71,3	65,2	65,9	67,8
Jornada de trabalho (1)	72,8	71,8	75,8	69,4	72,7	71,0	72,3	75,5
Flexibilidade de horário no trabalho (1)	75,4	76,9	78,6	73,7	81,6	73,7	76,3	78,8
Processo de capacitação profissional no trabalho (1)	71,0	69,3	74,0	66,7	68,6	70,5	69,9	71,5
Promoção de igualdade de oportunidade e tratamento no trabalho (2)	69,5	72,9	73,1	68,5	65,7	70,9	70,7	71,3
Salubridade e a segurança no ambiente do trabalho (3)	70,4	72,4	75,7	67,0	66,4	70,1	71,9	71,8
Benefícios sociais complementares no trabalho (1)	58,6	56,4	61,3	54,1	55,2	55,7	58,1	60,6

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015.

Nota: As cores mais escuras indicam maior percentual de empregados satisfeitos ou muito satisfeitos, para cada aspecto investigado.

(1) Somente empregados do setor privado e trabalhadores domésticos. (2) Somente empregados do setor privado em empreendimentos com pelo menos três empregados. (3) Somente empregados do setor privado.

Características educacionais do empregado

A Tabela 20 ilustra o grau de satisfação dos empregados do setor privado e trabalhadores domésticos que possuíam remuneração em dinheiro, segundo o nível de instrução.

Constatou-se uma forte correlação entre o grau de satisfação e o nível de instrução, ou seja, quanto maior o nível de instrução, maior o percentual de empregados satisfeitos ou muito satisfeitos. Em alguns dos aspectos das relações de trabalho avaliados, inclusive, foi nítida a diferença do grau de satisfação entre os níveis de instrução. Com relação à salubridade e segurança no ambiente do trabalho, por exemplo, entre os empregados sem instrução, 54,5% estavam satisfeitos ou muito satisfeitos; na outra ponta, isto é, entre aqueles com nível superior completo, a satisfação atingiu 82,2%.

Tabela 20 - Percentual dos empregados de 16 anos ou mais de idade no trabalho principal da semana de referência, satisfeitos ou muito satisfeitos, por nível de instrução, segundo alguns aspectos investigados referentes às condições do trabalho - 2015

Aspectos investigados referentes às condições do trabalho	Percentual dos empregados de 16 anos ou mais de idade no trabalho principal da semana de referência, satisfeitos ou muito satisfeitos (%)						
	Nível de instrução						
	Sem instrução	Fundamental incompleto	Fundamental completo	Médio incompleto	Médio completo	Superior incompleto	Superior completo
Nível do salário e dos complementos/gratificações salariais do trabalho (1)	54,0	57,8	59,9	57,5	60,0	61,2	69,6
Valor do auxílio-alimentação que recebia no trabalho (1)	64,8	66,6	65,3	60,9	64,7	66,6	72,1
Jornada de trabalho (1)	65,7	70,6	72,3	70,3	72,8	73,0	79,4
Flexibilidade de horário no trabalho (1)	74,1	75,0	75,5	73,4	75,6	79,0	81,2
Processo de capacitação profissional no trabalho (1)	59,1	66,5	67,6	71,1	70,4	74,7	78,0
Promoção de igualdade de oportunidade e tratamento no trabalho (2)	60,3	66,7	67,8	69,7	72,0	71,4	78,8
Salubridade e a segurança no ambiente do trabalho (3)	54,5	65,0	69,8	69,9	72,8	74,0	82,2
Benefícios sociais complementares no trabalho (1)	51,7	53,3	53,4	54,6	58,0	60,8	68,2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015.

Nota: As cores mais escuras indicam maior percentual de empregados satisfeitos ou muito satisfeitos, para cada aspecto investigado.

(1) Somente empregados do setor privado e trabalhadores domésticos. (2) Somente empregados do setor privado em empreendimentos com pelo menos três empregados. (3) Somente empregados do setor privado.

Características do trabalho

Jornada de trabalho

A Tabela 21 ilustra o grau de satisfação dos empregados do setor privado e trabalhadores domésticos que possuíam remuneração em dinheiro, segundo as faixas de horas trabalhadas semanalmente.

Constatou-se um maior grau de satisfação entre os empregados que trabalhavam de 40 a 44 horas em quase todos os aspectos das relações de trabalho investigados, com exceção apenas na avaliação da flexibilidade no horário de trabalho (para cuidar

de familiares enfermos, estudar, entre outros afazeres), cujo percentual de satisfeitos e muito satisfeitos apresentou o maior valor entre aqueles que trabalhavam de 15 a 39 horas por semana.

Ao analisar a avaliação do aspecto jornada de trabalho, desagregando-se os empregados por faixas de horas trabalhadas semanalmente, observou-se que a faixa de 15 a 39 horas concentrava o maior percentual de empregados satisfeitos ou muito satisfeitos (75,5%).

Tabela 21 - Percentual dos empregados de 16 anos ou mais de idade no trabalho principal da semana de referência, satisfeitos ou muito satisfeitos, por faixa de horas trabalhadas, segundo alguns aspectos investigados referentes às condições do trabalho - 2015

Aspectos investigados referentes às condições do trabalho	Percentual dos empregados de 16 anos ou mais de idade no trabalho principal da semana de referência, satisfeitos ou muito satisfeitos (%)				
	Faixa de horas trabalhadas				
	Até 14 horas	De 15 a 39 horas	De 40 a 44 horas	De 45 a 48 horas	De 49 horas ou mais
Nível do salário e dos complementos/gratificações salariais do trabalho (1)	52,9	55,6	62,2	58,2	61,8
Valor do auxílio-alimentação que recebia no trabalho (1)	64,7	65,0	67,8	61,5	63,7
Jornada de trabalho (1)	71,0	75,5	74,6	68,1	59,7
Flexibilidade de horário no trabalho (1)	76,8	79,7	75,9	73,2	74,4
Processo de capacitação profissional no trabalho (1)	62,1	69,1	71,0	70,9	69,6
Promoção de igualdade de oportunidade e tratamento no trabalho (2)	68,1	70,9	71,2	69,9	69,5
Salubridade e a segurança no ambiente do trabalho (3)	64,4	67,0	73,2	69,8	67,1
Benefícios sociais complementares no trabalho (1)	50,2	53,7	60,4	52,1	57,7

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015.

Nota: As cores mais escuras indicam maior percentual de empregados satisfeitos ou muito satisfeitos, para cada aspecto investigado.

(1) Somente empregados do setor privado e trabalhadores domésticos. (2) Somente empregados do setor privado em empreendimentos com pelo menos três empregados. (3) Somente empregados do setor privado.

Rendimento de trabalho

A Tabela 22 ilustra o grau de satisfação dos empregados do setor privado e trabalhadores domésticos que possuíam remuneração em dinheiro, segundo as faixas de rendimento médio de trabalho.

Constatou-se uma forte correlação entre o grau de satisfação e o rendimento de trabalho, ou seja, quanto maior a faixa de rendimento, maior o percentual de empregados satisfeitos ou muito satisfeitos. Na faixa referente a mais de 5 salários mínimos, se concentrava o maior percentual de empregados satisfeitos ou muito satisfeitos em quase todos os aspectos das relações de trabalho observados. A única exceção foi o valor do auxílio-alimentação, cujo maior percentual de satisfeitos ou muito satisfeitos (79,4%) estava na faixa até ¼ do salário mínimo.

Tabela 22 - Percentual dos empregados de 16 anos ou mais de idade no trabalho principal da semana de referência, satisfeitos ou muito satisfeitos, por faixa de rendimento médio, segundo alguns aspectos investigados referentes às condições do trabalho - 2015

Aspectos investigados referentes às condições do trabalho	Percentual dos empregados de 16 anos ou mais de idade no trabalho principal da semana de referência, satisfeitos ou muito satisfeitos (%)						
	Faixas de rendimento médio						
	Até 1/4 de salário mínimo	De 1/4 a meio salário mínimo	De meio a 1 salário mínimo	Mais de 1 a 2 salários mínimos	Mais de 2 a 3 salários mínimos	Mais de 3 a 5 salários mínimos	Mais de 5 salários mínimos
Nível do salário e dos complementos/gratificações salariais do trabalho (1)	34,2	41,0	49,6	58,8	68,2	71,6	82,9
Valor do auxílio-alimentação que recebia no trabalho (1)	79,4	65,8	62,7	61,8	70,2	72,0	77,1
Jornada de trabalho (1)	54,0	60,6	65,6	72,2	76,9	80,4	83,3
Flexibilidade de horário no trabalho (1)	73,9	75,3	73,0	73,7	79,2	82,6	86,6
Processo de capacitação profissional no trabalho (1)	46,5	56,1	62,2	67,5	74,7	78,5	83,2
Promoção de igualdade de oportunidade e tratamento no trabalho (2)	46,5	56,1	62,2	68,1	74,9	78,3	83,1
Salubridade e a segurança no ambiente do trabalho (3)	39,9	45,4	60,4	70,4	77,1	80,1	87,4
Benefícios sociais complementares no trabalho (1)	42,3	36,0	48,6	55,2	63,5	63,4	74,2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015.

Nota: As cores mais escuras indicam maior percentual de empregados satisfeitos ou muito satisfeitos, para cada aspecto investigado.

(1) Somente empregados do setor privado e trabalhadores domésticos. (2) Somente empregados do setor privado em empreendimentos com pelo menos três empregados. (3) Somente empregados do setor privado.

Categoria do emprego

A Tabela 23 ilustra o grau de satisfação dos empregados do setor privado e trabalhadores domésticos que possuíam remuneração em dinheiro, segundo a categoria do emprego: empregados com carteira de trabalho assinada, empregados sem carteira de trabalho assinada e trabalhadores domésticos.

À primeira vista, a conclusão foi de que, na maioria dos aspectos das relações de trabalho investigados, o percentual de empregados satisfeitos e muito satisfeitos foi superior entre aqueles que tinham carteira de trabalho assinada. Em apenas dois aspectos essa afirmativa não foi verdadeira: auxílio-alimentação, que foi superior entre os empregados sem carteira de trabalho assinada, e flexibilidade no horário de trabalho (para cuidar de familiares enfermos, estudar, entre outros afazeres), este mais elevado entre os trabalhadores domésticos. Outro fato que chamou a atenção

na avaliação segundo a categoria do emprego foi o quão superior era o grau de satisfação observado entre os empregados com carteira de trabalho assinada quando comparado com os demais.

Tabela 23 - Percentual dos empregados de 16 anos ou mais de idade no trabalho principal da semana de referência, satisfeitos ou muito satisfeitos, por categoria do emprego, segundo alguns aspectos investigados referentes às condições do trabalho - 2015

Aspectos investigados referentes às condições do trabalho	Percentual dos empregados de 16 anos ou mais de idade no trabalho principal da semana de referência, satisfeitos ou muito satisfeitos (%)		
	Categoria do emprego		
	Com carteira de trabalho assinada	Sem carteira de trabalho assinada	Trabalhador doméstico
Nível do salário e dos complementos/gratificações salariais do trabalho (1)	62,7	54,0	55,9
Valor do auxílio-alimentação que recebia no trabalho (1)	66,1	68,0	64,8
Jornada de trabalho (1)	74,6	66,3	70,0
Flexibilidade de horário no trabalho (1)	75,8	75,3	78,3
Processo de capacitação profissional no trabalho (1)	73,0	63,6	58,1
Promoção de igualdade de oportunidade e tratamento no trabalho (2)	72,6	63,5	-
Salubridade e a segurança no ambiente do trabalho (3)	75,3	57,0	-
Benefícios sociais complementares no trabalho (1)	60,0	48,6	53,6

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015.

Nota: As cores mais escuras indicam maior percentual de empregados satisfeitos ou muito satisfeitos, para cada aspecto investigado.

(1) Somente empregados do setor privado e trabalhadores domésticos. (2) Somente empregados do setor privado em empreendimentos com pelo menos três empregados. (3) Somente empregados do setor privado.

Atividade econômica do empreendimento

A Tabela 24 ilustra o grau de satisfação dos empregados do setor privado e trabalhadores domésticos que possuíam remuneração em dinheiro, segundo os grupamentos de atividade econômica.

Constatou-se que o grau de satisfação entre os empregados da indústria e dos serviços era superior ao verificado em outros grupamentos. Esse resultado apresenta relação direta com aqueles observados na Tabela 23, principalmente no que se refere à indústria, em que a frequência de empregados com carteira de trabalho assinada era superior à registrada nos demais grupamentos.

Tabela 24 - Percentual dos empregados de 16 anos ou mais de idade no trabalho principal da semana de referência, satisfeitos ou muito satisfeitos, por grupamentos de atividade, segundo alguns aspectos investigados referentes às condições do trabalho - 2015

Aspectos investigados referentes às condições do trabalho	Percentual dos empregados de 16 anos ou mais de idade no trabalho principal da semana de referência, satisfeitos ou muito satisfeitos (%)				
	Grupamentos de atividade				
	Serviços	Comércio e reparação	Agrícola	Indústria	Construção
Nível do salário e dos complementos/gratificações salariais do trabalho (1)	60,7	59,2	57,1	61,6	58,9
Valor do auxílio-alimentação que recebia no trabalho (1)	65,3	62,4	67,6	70,8	67,6
Jornada de trabalho (1)	73,1	70,6	67,2	75,4	71,3
Flexibilidade de horário no trabalho (1)	77,3	75,3	72,8	77,2	70,6
Processo de capacitação profissional no trabalho (1)	71,4	69,7	64,9	73,6	60,8
Promoção de igualdade de oportunidade e tratamento no trabalho (2)	72,8	71,6	64,2	71,4	61,7
Salubridade e a segurança no ambiente do trabalho (3)	73,2	70,0	57,1	77,2	65,0
Benefícios sociais complementares no trabalho (1)	58,4	56,6	51,1	62,3	49,9

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015.

Nota: As cores mais escuras indicam maior percentual de empregados satisfeitos ou muito satisfeitos, para cada aspecto investigado.

(1) Somente empregados do setor privado e trabalhadores domésticos. (2) Somente empregados do setor privado em empreendimentos com pelo menos três empregados. (3) Somente empregados do setor privado.

Sindicalização

Informações básicas

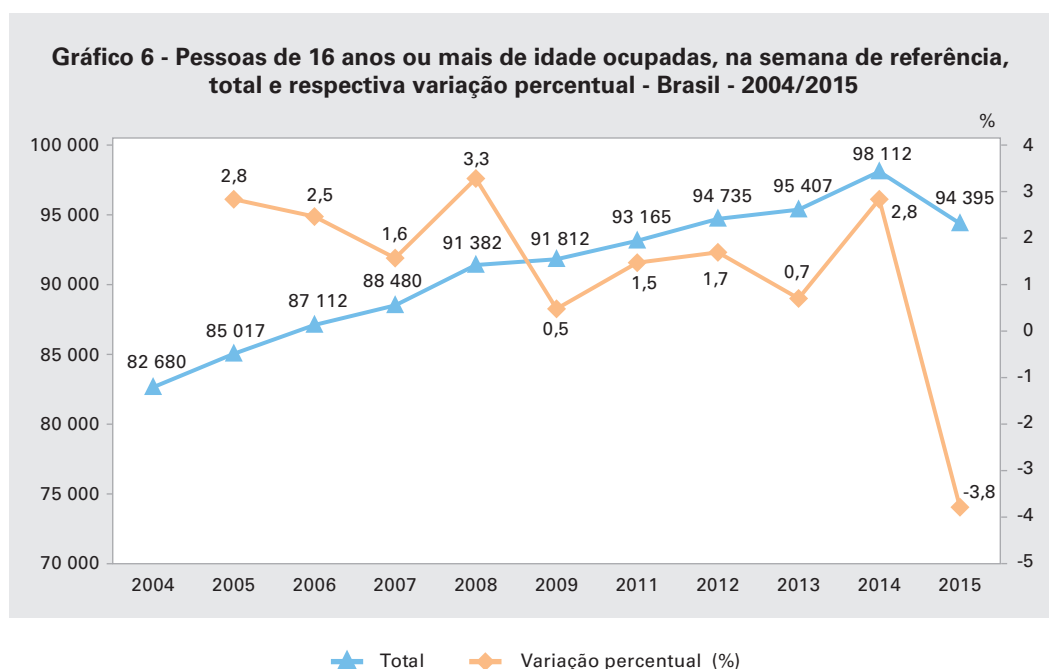
As informações tratadas neste tópico se referem às pessoas ocupadas na semana de referência, considerando todos os trabalhos.

Em 2015, havia, no Brasil, 94,4 milhões de trabalhadores de 16 anos ou mais de idade, dos quais 18,4 milhões (19,5%) eram sindicalizados em qualquer um dos trabalhos que tinham na semana de referência. É importante ressaltar que, embora a população ocupada tivesse apresentado queda em relação a 2014 (-3,8% ou redução de 3,7 milhões de trabalhadores), o contingente de sindicalizados cresceu 11,4%, ou seja, um acréscimo de 1,9 milhão (Tabela 25 e Gráficos 6 e 7). Esse fato foi observado em todas as Grandes Regiões, conforme mostra a Tabela 25.

Tabela 25 - Pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por Grandes Regiões, segundo a associação a sindicato em qualquer trabalho - 2014-2015

Associação a sindicato em qualquer trabalho	Pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
2014						
Números absolutos (1 000 pessoas)						
Total	98 112	7 648	25 086	42 173	15 468	7 737
Associados	16 534	976	5 032	6 533	2 852	1 140
Não associados	81 578	6 672	20 054	35 639	12 616	6 597
Números relativos (%)						
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Associados	16,9	12,8	20,1	15,5	18,4	14,7
Não associados	83,1	87,2	79,9	84,5	81,6	85,3
2015						
Números absolutos (1 000 pessoas)						
Total	94 395	7 422	23 744	40 799	14 869	7 561
Associados	18 414	1 168	5 318	7 495	3 121	1 313
Não associados	75 981	6 254	18 426	33 304	11 749	6 248
Números relativos (%)						
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Associados	19,5	15,7	22,4	18,4	21,0	17,4
Não associados	80,5	84,3	77,6	81,6	79,0	82,6

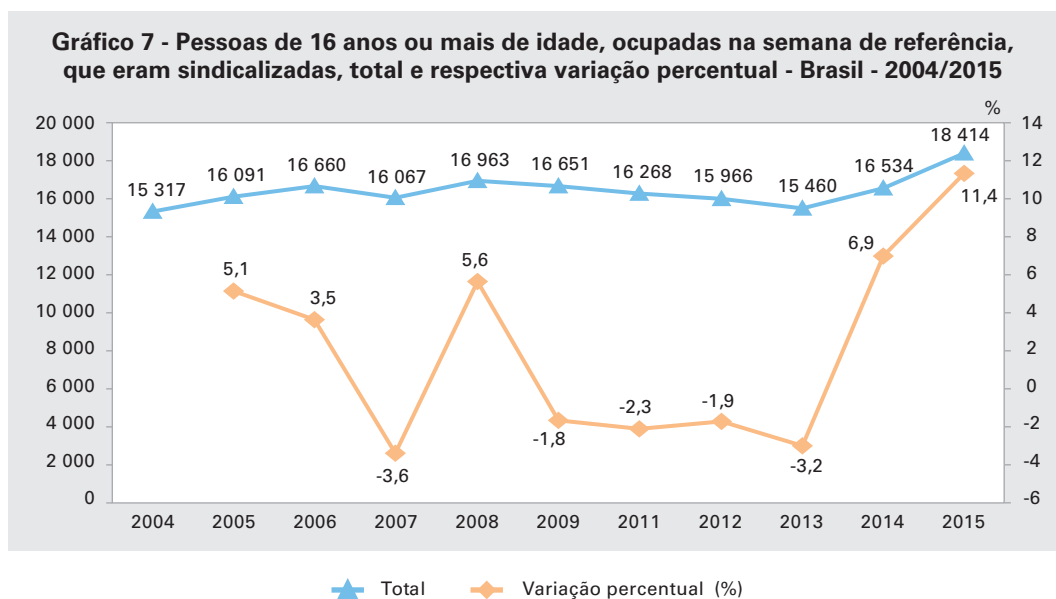
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014-2015.



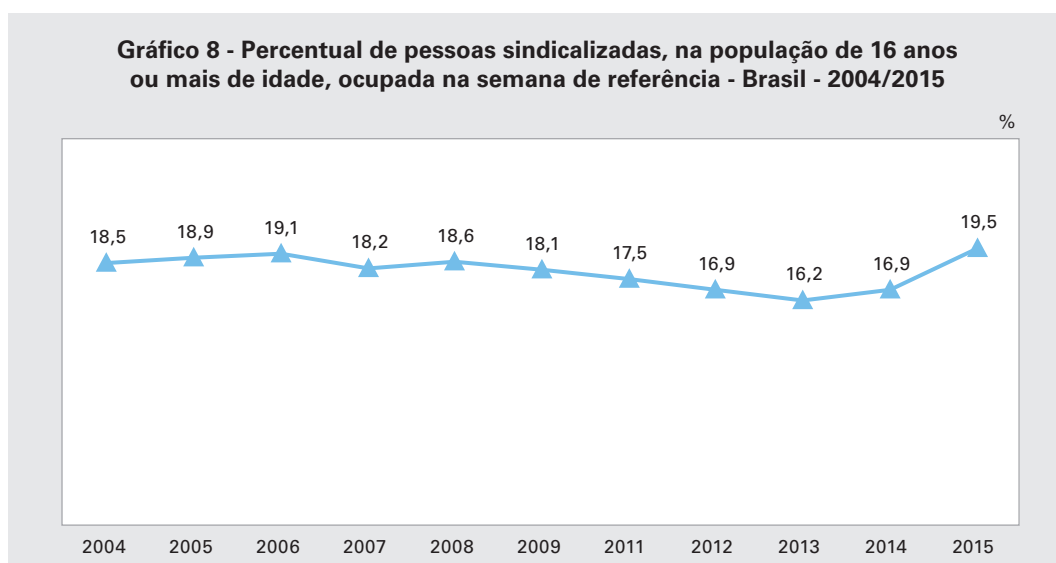
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2015.

O Gráfico 7 mostra a série histórica do contingente de pessoas ocupadas que eram sindicalizadas e suas respectivas variações percentuais anuais no período de 2004 a 2015³. É possível conferir que, em 2015, registrou-se o maior número (18,4 milhões) desde, 2004 além da maior variação de crescimento anual (11,4%).

Conforme mostra o Gráfico 8, de 2009 a 2013, foi registrada, pela PNAD, queda contínua da proporção de trabalhadores sindicalizados na população ocupada. Em 2014, essa tendência se reverteu e, em 2015, foi atingida a maior proporção desse contingente no período de 2004 a 2015 (19,5%).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2015.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2015.

³ Em 2010, ano de realização do Censo Demográfico, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD não foi realizada.

A Tabela 26 mostra a série histórica dos contingentes de ocupados e trabalhadores sindicalizados, por grupamentos de atividade econômica, no período de 2004 a 2015. Historicamente, a atividade agrícola apresentava o maior contingente de trabalhadores sindicalizados, mas foi na indústria que se verificou a maior proporção destes. De 2014 para 2015, o contingente de sindicalizados cresceu em todos os grupamentos de atividade, embora, na maioria deles, a população ocupada tenha apresentado queda significativa nesse período.

Tabela 26 - Pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, total e sindicalizadas - Brasil - 2004/2015

(continua)

Grupamentos de atividade do trabalho principal	Pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência (1 000 pessoas)					
	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Total						
Total	82 680	85 017	87 112	88 480	91 382	91 812
Agrícola	16 634	16 652	16 224	15 662	15 466	15 162
Indústria de transformação	11 576	12 140	12 297	12 844	13 267	12 818
Outras atividades industriais	684	678	740	740	736	792
Construção	5 335	5 605	5 788	6 023	6 891	6 891
Comércio e reparação	14 289	15 099	15 310	15 841	15 828	16 232
Alojamento e alimentação	2 939	3 089	3 271	3 248	3 512	3 544
Transporte, armazenagem e comunicação	3 859	3 924	4 022	4 313	4 602	4 448
Administração pública	4 222	4 275	4 449	4 492	4 550	4 786
Educação, saúde e serviços sociais	7 426	7 648	7 987	8 332	8 579	8 751
Serviços domésticos	6 342	6 532	6 631	6 544	6 537	7 113
Outros serviços coletivos, sociais, pessoais	3 457	3 266	3 733	3 639	4 054	3 902
Outras atividades	5 697	5 916	6 449	6 597	7 166	7 175
Atividades maldefinidas ou não declaradas	221	193	210	205	195	199
Sindicalizadas						
Total	15 317	16 091	16 660	16 067	16 963	16 651
Agrícola	4 055	4 248	4 267	4 176	4 255	3 994
Indústria de transformação	2 572	2 742	2 761	2 661	2 919	2 633
Outras atividades industriais	251	260	278	258	282	290
Construção	387	419	459	447	550	581
Comércio e reparação	1 620	1 758	1 843	1 719	1 828	1 875
Alojamento e alimentação	277	301	328	298	335	331
Transporte, armazenagem e comunicação	969	1 009	995	1 036	1 079	1 073
Administração pública	1 113	1 171	1 206	1 158	1 202	1 282
Educação, saúde e serviços sociais	2 232	2 278	2 435	2 393	2 417	2 505
Serviços domésticos	98	115	133	125	134	155
Outros serviços coletivos, sociais, pessoais	354	353	423	354	391	389
Outras atividades	1 379	1 427	1 526	1 427	1 561	1 537
Atividades maldefinidas ou não declaradas	10	8	6	15	9	6

Tabela 26 - Pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, total e sindicalizadas - Brasil - 2004/2015

Grupamentos de atividade do trabalho principal	(conclusão) Pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupada na semana de referência (1 000 pessoas)				
	2011	2012	2013	2014	2015
Total					
Total	93 165	94 735	95 407	98 112	94 395
Agrícola	14 130	13 393	13 420	13 862	13 020
Indústria de transformação	11 837	12 580	12 122	12 123	11 175
Outras atividades industriais	729	728	733	791	712
Construção	7 857	8 295	8 821	9 036	8 511
Comércio e reparação	16 587	16 793	16 938	17 789	17 123
Alojamento e alimentação	4 520	4 502	4 380	4 559	4 626
Transporte, armazenagem e comunicação	5 164	5 322	5 383	5 430	5 292
Administração pública	5 137	5 247	5 346	5 142	5 007
Educação, saúde e serviços sociais	8 718	9 222	9 901	10 189	10 320
Serviços domésticos	6 618	6 398	6 385	6 406	6 250
Outros serviços coletivos, sociais, pessoais	3 541	3 777	3 754	4 155	4 042
Outras atividades	8 197	8 409	8 161	8 566	8 250
Atividades maldefinidas ou não declaradas	130	69	63	64	68
Sindicalizadas					
Total	16 268	15 966	15 460	16 534	18 414
Agrícola	3 998	3 515	3 531	3 747	3 738
Indústria de transformação	2 574	2 597	2 240	2 349	2 600
Outras atividades industriais	235	213	227	239	262
Construção	613	695	673	680	789
Comércio e reparação	1 811	1 798	1 633	1 938	2 274
Alojamento e alimentação	407	441	354	408	513
Transporte, armazenagem e comunicação	1 060	1 083	1 071	1 095	1 306
Administração pública	1 193	1 186	1 201	1 200	1 350
Educação, saúde e serviços sociais	2 321	2 361	2 517	2 678	3 117
Serviços domésticos	179	164	179	189	248
Outros serviços coletivos, sociais, pessoais	284	298	295	328	383
Outras atividades	1 583	1 611	1 535	1 681	1 831
Atividades maldefinidas ou não declaradas	11	5	4	2	3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2015.

A proporção de sindicalizados na população ocupada aumentou em todos os grupamentos de atividade de 2014 para 2015 e, em vários deles, ocorreu um avanço expressivo, como pode ser observado na Tabela 27. Um exemplo disso são os trabalhadores domésticos: embora o percentual de sindicalizados entre eles seja o menor, a variação percentual do contingente foi a maior (31,8%).

Tabela 27 - Percentual de pessoas sindicalizadas, na população de 16 anos ou mais de idade, ocupada na semana de referência, segundo os grupamentos de atividade do trabalho principal - Brasil - 2004/2015

Grupamentos de atividade do trabalho principal	Percentual de pessoas sindicalizadas, na população de 16 anos ou mais de idade, ocupada na semana de referência (%)					
	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Total	18,5	18,9	19,1	18,2	18,6	18,1
Agrícola	24,4	25,5	26,3	26,7	27,5	26,3
Indústria de transformação	22,2	22,6	22,5	20,7	22,0	20,5
Outras atividades industriais	36,7	38,4	37,5	35,0	38,3	36,6
Construção	7,3	7,5	7,9	7,4	8,0	8,4
Comércio e reparação	11,3	11,6	12,0	10,9	11,6	11,5
Alojamento e alimentação	9,4	9,7	10,0	9,2	9,5	9,3
Transporte, armazenagem e comunicação	25,1	25,7	24,7	24,0	23,4	24,1
Administração pública	26,4	27,4	27,1	25,8	26,4	26,8
Educação, saúde e serviços sociais	30,1	29,8	30,5	28,7	28,2	28,6
Serviços domésticos	1,5	1,8	2,0	1,9	2,0	2,2
Outros serviços coletivos, sociais, pessoais	10,2	10,8	11,3	9,7	9,6	10,0
Outras atividades	24,2	24,1	23,7	21,6	21,8	21,4
Atividades maldefinidas ou não declaradas	4,7	4,4	2,7	7,1	4,8	2,8

Grupamentos de atividade do trabalho principal	Percentual de pessoas sindicalizadas, na população de 16 anos ou mais de idade, ocupada na semana de referência (%)				
	2011	2012	2013	2014	2015
Total	17,5	16,9	16,2	16,9	19,5
Agrícola	28,3	26,2	26,3	27,0	28,7
Indústria de transformação	21,7	20,6	18,5	19,4	23,3
Outras atividades industriais	32,2	29,3	30,9	30,2	36,8
Construção	7,8	8,4	7,6	7,5	9,3
Comércio e reparação	10,9	10,7	9,6	10,9	13,3
Alojamento e alimentação	9,0	9,8	8,1	8,9	11,1
Transporte, armazenagem e comunicação	20,5	20,3	19,9	20,2	24,7
Administração pública	23,2	22,6	22,5	23,3	27,0
Educação, saúde e serviços sociais	26,6	25,6	25,4	26,3	30,2
Serviços domésticos	2,7	2,6	2,8	2,9	4,0
Outros serviços coletivos, sociais, pessoais	8,0	7,9	7,8	7,9	9,5
Outras atividades	19,3	19,2	18,8	19,6	22,2
Atividades maldefinidas ou não declaradas	8,5	7,7	6,8	3,5	3,9

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2015.

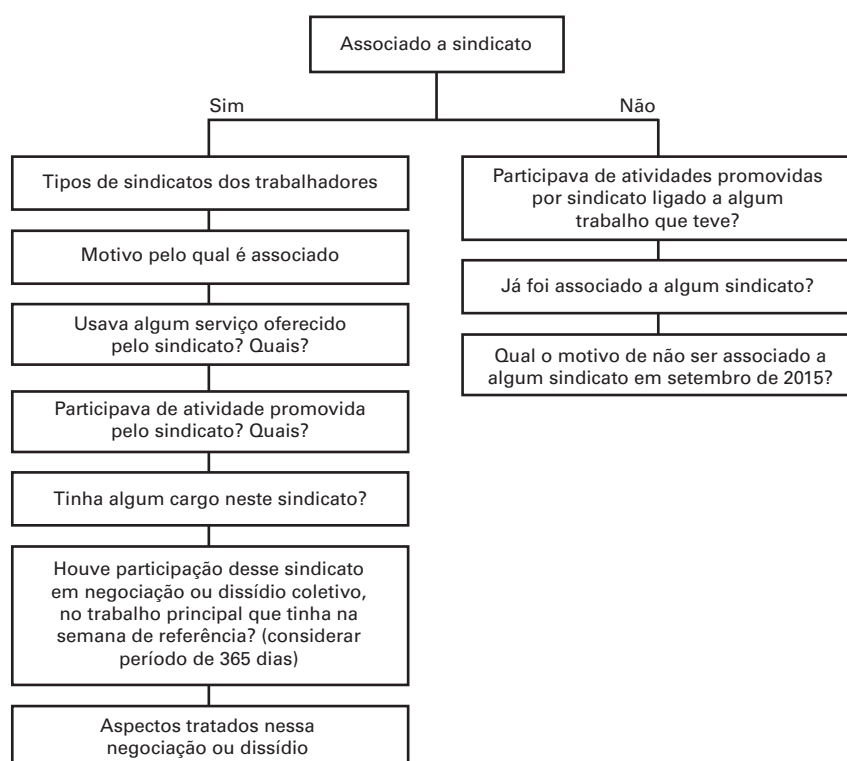
Informações suplementares inseridas na PNAD 2015

As informações tratadas neste tópico se referem às pessoas ocupadas no período de referência de 365 dias.

Tradicionalmente, desde 1992, a PNAD investigava se o trabalhador era associado a sindicato e o tipo de sindicato ao qual era associado (sindicato dos empregados urbanos, rurais e autônomos, avulsos, liberais ou outro sindicato). Em 2015, considerando a necessidade de mecanismos oficiais de acompanhamento da atuação sindical no País e sua importância no sistema de relações de trabalho, foram inseridas algumas perguntas na pesquisa com o objetivo de subsidiar não só a atuação dos diversos grupos da sociedade interessados nessa temática, como também o melhor planejamento de políticas públicas de emprego e renda.

A investigação suplementar buscou levantar informações abrangentes sobre o tema, contemplando tanto os trabalhadores associados a sindicato, quanto aqueles não associados. Para os trabalhadores associados, além do que já se investigava tradicionalmente, incluiu-se um conjunto de perguntas com o objetivo de conhecer: o motivo da associação; se o associado usava alguns dos serviços do sindicato, e quais eram esses serviços; se o associado participava de atividade promovida pelo sindicato, e quais eram essas atividades; se o associado tinha algum cargo no sindicato; se houve participação desse sindicato em negociação ou dissídio coletivo, no trabalho principal que tinha na semana de referência, considerando o período de 365 dias; e quais eram os aspectos tratados nessa negociação ou dissídio. Para os trabalhadores não associados, além do motivo da não associação e se já foi associado a algum sindicato, pesquisou-se também se o trabalhador participava de atividades promovidas por sindicato ligado a algum trabalho que teve, e quais eram estas atividades. A Figura 1 mostra um resumo da investigação do tema suplementar Sindicalização inserido na PNAD 2015.

Figura 1 - Resumo da investigação sobre sindicalização na PNAD 2015



Trabalhadores associados a sindicatos

Panorama geral

De acordo com a Tabela 28, 57,7% dos trabalhadores associados declararam sua filiação a sindicatos de empregados urbanos. Quando questionados sobre o motivo da associação, 50,8% responderam que era por acreditar que o sindicato defendia os direitos dos trabalhadores. Com relação à utilização dos serviços oferecidos e à participação nas atividades promovidas pelo sindicato, 79,1% dos filiados declararam não fazer uso de tais serviços, e 81,8%, não participar das atividades.

Tabela 28 - Pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas no período de referência de 365 dias, sindicalizadas no mês de referência, por Grandes Regiões, segundo o tipo de sindicato, o motivo da associação ao sindicato, a utilização dos serviços oferecidos e a participação nas atividades promovidas pelo sindicato - 2015

Tipo de sindicato, motivo da associação ao sindicato, utilização dos serviços oferecidos pelo sindicato, participação nas atividades promovidas pelo sindicato	Pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas no período de referência de 365 dias, sindicalizadas no mês de referência					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Valores absolutos (1 000 pessoas)						
Total	19 586	1 239	5 742	7 987	3 251	1 368
Tipo de sindicato						
Empregados urbanos	11 309	560	2 322	5 563	1 995	869
Trabalhaores rurais	4 770	400	2 721	841	609	200
Trabalhadores autônomos	273	24	69	118	45	18
Trabalhadores avulsos	38	8	7	13	8	2
Profissionais liberais	494	43	72	255	91	32
Outros sindicatos	2 702	204	551	1 198	503	247
Motivo da associação ao sindicato						
Sindicato defendia os direitos dos trabalhadores	9 948	743	3 381	3 598	1 461	765
Serviços oferecidos pelo sindicato	3 956	217	1 154	1 501	874	210
Achavam que era obrigatório	5 265	251	1 063	2 713	858	379
Outro	418	28	143	174	58	14
Utilização dos serviços oferecidos pelo sindicato						
Utilizavam	4 103	263	946	1 600	1 019	276
Não utilizavam	15 483	976	4 796	6 387	2 232	1 092
Participação nas atividades promovidas pelo sindicato						
Participavam	3 566	287	1 364	989	629	297
Não participavam	16 021	952	4 378	6 998	2 622	1 071
Valores relativos (%)						
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Tipo de sindicato						
Empregados urbanos	57,7	45,2	40,4	69,6	61,4	63,5
Trabalhaores rurais	24,4	32,3	47,4	10,5	18,7	14,6
Trabalhadores autônomos	1,4	1,9	1,2	1,5	1,4	1,3
Trabalhadores avulsos	0,2	0,6	0,1	0,2	0,2	0,2
Profissionais liberais	2,5	3,5	1,3	3,2	2,8	2,4
Outros sindicatos	13,8	16,5	9,6	15,0	15,5	18,0
Motivo da associação ao sindicato						
Sindicato defendia os direitos dos trabalhadores	50,8	60,0	58,9	45,1	44,9	55,9
Serviços oferecidos pelo sindicato	20,2	17,5	20,1	18,8	26,9	15,3
Achavam que era obrigatório	26,9	20,3	18,5	34,0	26,4	27,7
Outro	2,1	2,2	2,5	2,2	1,8	1,0
Utilização dos serviços oferecidos pelo sindicato						
Utilizavam	20,9	21,2	16,5	20,0	31,3	20,2
Não utilizavam	79,1	78,8	83,5	80,0	68,7	79,8
Participação nas atividades promovidas pelo sindicato						
Participavam	18,2	23,2	23,8	12,4	19,3	21,7
Não participavam	81,8	76,8	76,2	87,6	80,7	78,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015.

Entre os associados que participavam de atividades promovidas pelo sindicato, 76,8% participavam de assembléias; 56,3%, de palestras, cursos ou debates; 46,1%, de eventos comemorativos; 33,0%, de manifestações; e 26,9%, de atividades de lazer ou esportivas, conforme ilustra a Tabela 29.

Tabela 29 - Pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas no período de referência de 365 dias, sindicalizadas no mês de referência, que costumavam participar de alguma atividade promovida por sindicato ligado a algum trabalho tido no período de referência de 365 dias, por Grandes Regiões, segundo o tipo de atividade de que costumava participar - 2015

Tipo de atividade de que costumava participar	Pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas no período de referência de 365 dias, sindicalizadas no mês de referência, que costumavam participar de alguma atividade promovida por sindicato ligado a algum trabalho tido no período de referência de 365 dias					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Valores absolutos (1 000 pessoas)						
Total	3 566	287	1 364	989	629	297
Assembleias						
Participavam	2 737	222	1 139	673	470	233
Não participavam	828	65	225	316	158	64
Manifestações						
Participavam	1 175	112	441	295	199	128
Não participavam	2 390	175	923	694	430	169
Palestras, cursos ou debates						
Participavam	2 008	150	749	519	398	192
Não participavam	1 557	138	614	471	230	104
Eventos comemorativos						
Participavam	1 644	142	533	484	340	145
Não participavam	1 922	146	830	505	289	152
Atividades de lazer ou esportivas						
Participavam	959	91	258	319	200	90
Não participavam	2 607	196	1 105	670	428	207
Outra						
Participavam	43	2	13	16	10	1
Não participavam	3 523	285	1 351	973	618	295
Valores relativos (%)						
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Assembleias						
Participavam	76,8	77,2	83,5	68,1	74,8	78,6
Não participavam	23,2	22,8	16,5	31,9	25,2	21,4
Manifestações						
Participavam	33,0	39,2	32,3	29,9	31,7	43,0
Não participavam	67,0	60,8	67,7	70,1	68,3	57,0
Palestras, cursos ou debates						
Participavam	56,3	52,1	55,0	52,4	63,4	64,8
Não participavam	43,7	47,9	45,0	47,6	36,6	35,2
Eventos comemorativos						
Participavam	46,1	49,3	39,1	48,9	54,1	48,8
Não participavam	53,9	50,7	60,9	51,1	45,9	51,2
Atividades de lazer ou esportivas						
Participavam	26,9	31,6	18,9	32,3	31,9	30,3
Não participavam	73,1	68,4	81,1	67,7	68,1	69,7
Outra						
Participavam	1,2	0,8	0,9	1,6	1,7	0,5
Não participavam	98,8	99,2	99,1	98,4	98,3	99,5

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015.

Investigou-se, também, se o associado ocupava algum cargo de representação dos trabalhadores (dirigente, secretário, tesoureiro etc.) na organização do sindicato ao qual era filiado. Conforme apresentado na Tabela 30, a pesquisa mostrou que, dos 19,6 milhões de trabalhadores sindicalizados, 273 mil (1,4%) exerciam tal representação.

Tabela 30 - Pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas no período de referência de 365 dias, sindicalizadas no mês de referência, por Grandes Regiões, segundo a existência de cargo de representação na organização do sindicato - 2015

Existência de cargo de representação na organização do sindicato	Pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas no período de referência de 365 dias, sindicalizadas no mês de referência					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Números absolutos (1 000 pessoas)						
Total	19 586	1 239	5 742	7 987	3 251	1 368
Tinha cargo de representação	273	19	79	94	56	25
Não tinha cargo de representação	19 313	1 220	5 663	7 893	3 195	1 342
Números relativos (%)						
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Tinha cargo de representação	1,4	1,6	1,4	1,2	1,7	1,9
Não tinha cargo de representação	98,6	98,4	98,6	98,8	98,3	98,1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015.

Participação dos sindicatos em negociação ou dissídio coletivo

As informações tratadas neste tópico se referem às pessoas ocupadas como empregado no trabalho principal na semana de referência, sindicalizadas no mês de referência.

De acordo com a Tabela 31, 2,4 milhões (17,5%) dos empregados estavam associados a sindicatos que tiveram participação em negociação ou dissídio coletivo. Regionalmente, as Regiões Centro-Oeste (20,0%) e Sul (21,7%) apresentaram percentuais maiores que a média nacional (17,5%). No outro extremo, destaca-se a Região Nordeste, registrando o menor valor (14,5%).

Tabela 31 - Empregados de 16 anos ou mais de idade no trabalho principal na semana de referência, sindicalizados no mês de referência, por Grandes Regiões, segundo a participação do sindicato em negociação ou dissídio coletivo - 2015

Participação do sindicato em negociação ou dissídio coletivo	Empregados de 16 anos ou mais de idade no trabalho principal na semana de referência, sindicalizados no mês de referência					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Números absolutos (1 000 pessoas)						
Total	13 481	748	3 048	6 311	2 305	1 070
Houve participação	2 359	120	442	1 082	501	214
Não houve participação	11 122	627	2 606	5 229	1 804	856
Números relativos (%)						
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Houve participação	17,5	16,1	14,5	17,1	21,7	20,0
Não houve participação	82,5	83,9	85,5	82,9	78,3	80,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015.

No que tange às negociações ou dissídios, foram investigados os aspectos tratados, conforme ilustra a Tabela 32. Entre os empregados associados a sindicatos que tiveram alguma participação em negociação ou dissídio coletivo, 92,2% informaram que a negociação referiu-se a rendimentos monetários; 56,9% relataram tratar-se de negociação sobre benefícios; 47,2% apontaram como objetos questões referentes a treinamento ou capacitação para o trabalho ou igualdade de oportunidade e de tratamento; 43,0%, jornada de trabalho; e 40,4%, condições de saúde e segurança no trabalho.

Dentre os empregados associados que informaram que o sindicato participou de alguma negociação ou dissídio coletivo, chamavam a atenção os percentuais daqueles que mencionaram não saber se determinados aspectos foram objetos de negociação: igualdade de oportunidade e de tratamento (22,9%); treinamento ou capacitação para o trabalho (21,7%); condições de saúde e segurança no trabalho (17,7%); jornada de trabalho (15,5%); e benefícios (12,5%). Por outro lado, tratando-se do aspecto rendimentos monetários, apenas 4,2% dos empregados declararam não saber se este tinha sido objeto de participação do sindicato.

Tabela 32 - Empregados de 16 anos ou mais de idade no trabalho principal na semana de referência, sindicalizados no mês de referência, cujo sindicato participou de alguma negociação ou dissídio coletivo, por Grandes Regiões, segundo alguns aspectos tratados em negociações - 2015

(continua)

Alguns aspectos tratados em negociações	Empregados de 16 anos ou mais de idade no trabalho principal na semana de referência, sindicalizados no mês de referência, cujo sindicato participou de alguma negociação ou dissídio coletivo					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Valores absolutos (1 000 pessoas)						
Total	2 359	120	442	1 082	501	214
Rendimentos monetários						
Sim	2 175	108	411	987	473	197
Não	85	6	21	36	12	9
Não sabe	99	6	9	59	17	8
Benefícios						
Sim	1 343	68	235	607	293	140
Não	723	37	162	332	138	54
Não sabe	294	15	45	143	71	20
Jornada de trabalho						
Sim	1 013	48	196	465	196	109
Não	981	53	199	437	214	77
Não sabe	365	19	47	179	92	28
Condições de saúde e segurança no trabalho						
Sim	953	50	185	433	185	100
Não	988	49	199	440	216	85
Não sabe	418	22	58	209	100	29
Treinamento ou capacitação para o trabalho						
Sim	550	25	103	267	93	62
Não	1 297	68	263	564	286	116
Não sabe	513	28	76	251	122	36
Igualdade de oportunidade e de tratamento						
Sim	564	30	104	258	104	68
Não	1 255	63	255	550	279	109
Não sabe	541	28	83	275	118	37
Outros						
Sim	37	2	6	20	6	3
Não	1 593	82	317	696	341	156
Não sabe	730	36	119	367	154	55

Tabela 32 - Empregados de 16 anos ou mais de idade no trabalho principal na semana de referência, sindicalizados no mês de referência, cujo sindicato participou de alguma negociação ou dissídio coletivo, por Grandes Regiões, segundo alguns aspectos tratados em negociações - 2015

(conclusão)

Alguns aspectos tratados em negociações	Empregados de 16 anos ou mais de idade no trabalho principal na semana de referência, sindicalizados no mês de referência, cujo sindicato participou de alguma negociação ou dissídio coletivo					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Valores relativos (%)						
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Rendimentos monetários						
Sim	92,2	90,2	93,0	91,2	94,3	91,9
Não	3,6	5,1	4,9	3,4	2,4	4,2
Não sabe	4,2	4,8	2,1	5,5	3,3	4,0
Benefícios						
Sim	56,9	56,5	53,3	56,1	58,4	65,5
Não	30,6	30,7	36,6	30,7	27,5	25,1
Não sabe	12,5	12,8	10,2	13,2	14,1	9,4
Jornada de trabalho						
Sim	43,0	39,9	44,3	43,0	39,0	50,7
Não	41,6	44,0	45,1	40,4	42,7	36,1
Não sabe	15,5	16,0	10,6	16,6	18,3	13,2
Condições de saúde e segurança no trabalho						
Sim	40,4	41,7	41,8	40,0	37,0	46,8
Não	41,9	40,3	45,0	40,6	43,1	39,9
Não sabe	17,7	17,9	13,2	19,3	19,9	13,4
Treinamento ou capacitação para o trabalho						
Sim	23,3	20,9	23,4	24,6	18,5	29,0
Não	55,0	56,3	59,5	52,1	57,1	54,1
Não sabe	21,7	22,9	17,1	23,2	24,4	16,9
Igualdade de oportunidade e de tratamento						
Sim	23,9	24,8	23,6	23,8	20,7	31,7
Não	53,2	52,0	57,6	50,8	55,7	50,9
Não sabe	22,9	23,1	18,8	25,4	23,6	17,3
Outros						
Sim	1,6	1,7	1,3	1,8	1,3	1,4
Não	67,5	68,5	71,8	64,3	68,0	73,0
Não sabe	30,9	29,8	26,9	33,9	30,7	25,6

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015.

Utilização de serviços oferecidos pelos sindicatos

As informações tratadas neste tópico se referem às pessoas ocupadas no período de referência de 365 dias, sindicalizadas no mês de referência.

Com relação aos tipos de serviços que os associados a sindicatos costumavam utilizar, ilustrados na Tabela 33, a pesquisa mostrou que o atendimento jurídico era usufruído por 39,9% dos associados; 40,5% utilizavam os serviços de atendimento médico ou odontológico; e 41,7% tinham convênio médico ou odontológico. A maioria expressiva dos associados não lançava mão dos serviços relacionados a convênio com instituição de ensino, curso ou creche, bem como daqueles referentes a seguro de vida. Os serviços de convênio com estabelecimento comercial ou de serviço eram acessados por 20,3% dos trabalhadores associados.

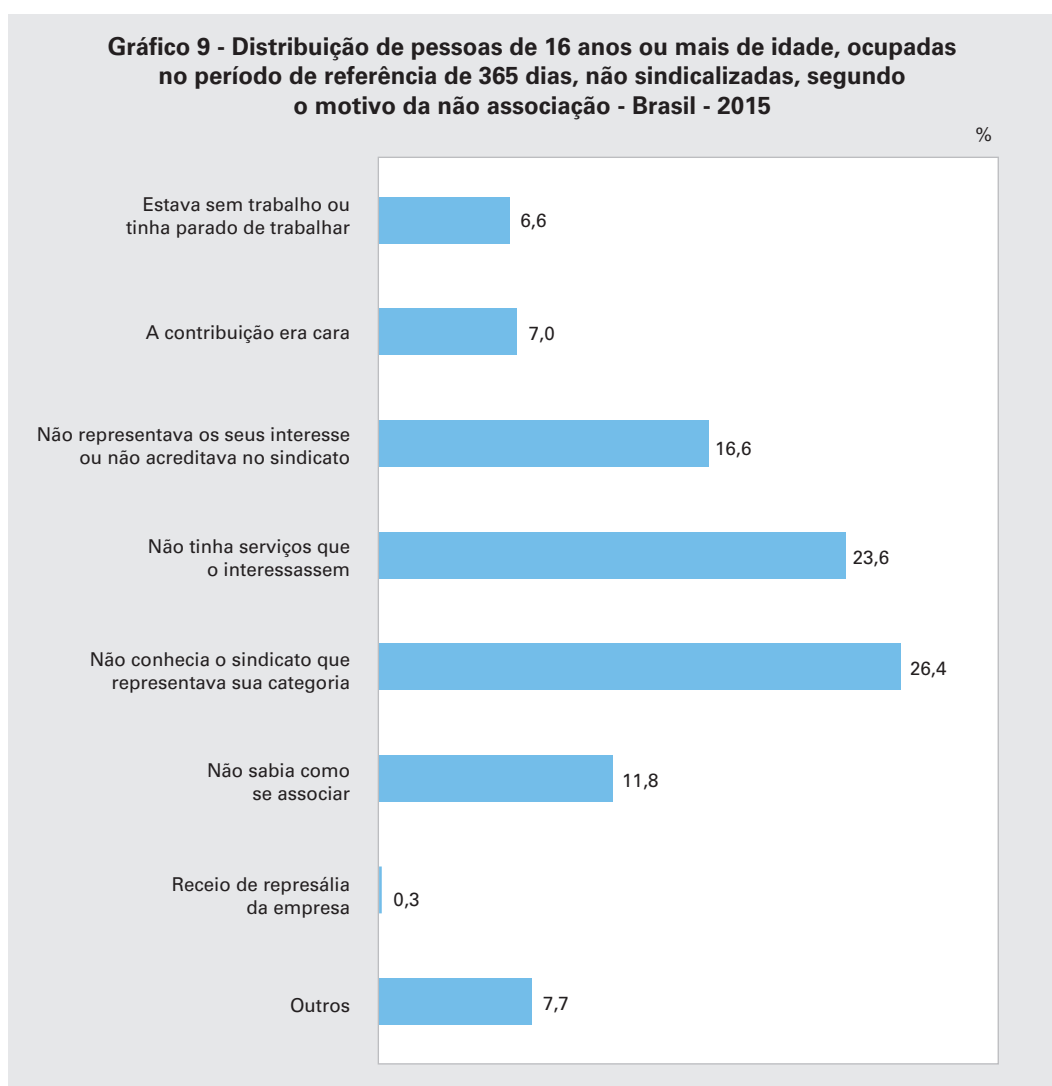
Tabela 33 - Pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas no período de referência de 365 dias, sindicalizadas no mês de referência, que costumavam utilizar algum serviço oferecido por sindicato ligado a algum trabalho tido no período de referência de 365 dias, por Grandes Regiões, segundo o tipo de serviço que costumava utilizar - 2015

Tipo de serviço que costumava utilizar	Pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas no período de referência de 365 dias, sindicalizadas no mês de referência, que costumavam utilizar algum serviço oferecido por sindicato ligado a algum trabalho tido no período de referência de 365 dias					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Valores absolutos (1 000 pessoas)						
Total	4 103	263	946	1 600	1 019	276
Atendimento jurídico						
Participavam	1 638	122	486	555	332	143
Não participavam	2 466	141	460	1 045	687	133
Convênio médico ou odontológico						
Participavam	1 711	117	264	695	520	115
Não participavam	2 392	146	682	905	498	161
Atendimento médico ou odontológico						
Participavam	1 661	105	325	607	539	85
Não participavam	2 442	158	621	993	480	191
Convênio com instituição de ensino, curso ou creche						
Participavam	262	15	29	134	59	26
Não participavam	3 841	248	917	1 466	960	250
Convênio com estabelecimento comercial ou de serviço						
Participavam	832	39	93	386	247	66
Não participavam	3 272	224	853	1 213	772	210
Seguro de vida						
Participavam	224	15	25	108	56	21
Não participavam	3 879	248	920	1 492	963	255
Outro						
Participavam	326	16	75	152	67	16
Não participavam	3 777	247	870	1 448	952	260
Valores relativos (%)						
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Atendimento jurídico						
Participavam	39,9	46,4	51,4	34,7	32,6	51,7
Não participavam	60,1	53,6	48,6	65,3	67,4	48,3
Convênio médico ou odontológico						
Participavam	41,7	44,4	27,9	43,4	51,1	41,8
Não participavam	58,3	55,6	72,1	56,6	48,9	58,2
Atendimento médico ou odontológico						
Participavam	40,5	39,9	34,4	38,0	52,9	30,9
Não participavam	59,5	60,1	65,6	62,0	47,1	69,1
Convênio com instituição de ensino, curso ou creche						
Participavam	6,4	5,6	3,1	8,4	5,8	9,3
Não participavam	93,6	94,4	96,9	91,6	94,2	90,7
Convênio com estabelecimento comercial ou de serviço						
Participavam	20,3	14,8	9,8	24,2	24,2	24,0
Não participavam	79,7	85,2	90,2	75,8	75,8	76,0
Seguro de vida						
Participavam	5,5	5,6	2,7	6,7	5,5	7,5
Não participavam	94,5	94,4	97,3	93,3	94,5	92,5
Outro						
Participavam	8,0	6,2	8,0	9,5	6,6	5,7
Não participavam	92,0	93,8	92,0	90,5	93,4	94,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015.

Trabalhadores não associados a sindicatos

Cerca de 83,1 milhões ou 80,9% dos trabalhadores do Brasil não eram sindicalizados, conforme apresentado na Tabela 34. Para esses trabalhadores, foi investigado o principal motivo da não associação a sindicato, e os resultados, ilustrados no Gráfico 9, mostraram que o desconhecimento do sindicato que representava sua categoria foi o principal motivo para 26,4% dos trabalhadores. Dentre as demais razões apontadas, destacam-se: para 23,6%, pesou o fato do sindicato não ter os serviços que lhes interessavam; o descrédito no sindicato ou o entendimento de que ele não representava seus interesses foi a razão para 16,6% dos trabalhadores não estarem associados; e 11,8% disseram que não sabiam como se associar.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015.

Investigou-se, também, se os trabalhadores não associados a sindicatos costumavam participar de alguma atividade promovida por sindicato ligado a algum trabalho que tinham no período de 365 dias: 99,4% dos trabalhadores não associados a sindicatos informaram que não participavam desse tipo de atividade.

Tabela 34 - Pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas no período de referência de 365 dias, não sindicalizadas no mês de referência, por Grandes Regiões, segundo a participação nas atividades promovidas pelo sindicato, a associação a algum sindicato anteriormente e o motivo da não associação ao sindicato - 2015

Participação nas atividades promovidas pelo sindicato, associação a algum sindicato anteriormente e motivo da não associação ao sindicato	Pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas no período de referência de 365 dias, não sindicalizadas no mês de referência					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Valores absolutos (1 000 pessoas)						
Total	83 133	6 761	20 416	36 529	12 655	6 772
Participação nas atividades promovidas pelo sindicato						
Participava	480	35	168	156	88	34
Não participava	82 653	6 726	20 249	36 373	12 567	6 738
Associação a algum sindicato anteriormente						
Era associado	5 919	399	1 480	2 537	1 153	349
Não era associado	77 215	6 362	18 936	33 992	11 502	6 423
Motivo da não associação ao sindicato						
Estava sem trabalho ou tinha parado de trabalhar	5 499	419	1 504	2 316	895	364
A contribuição era cara	5 798	320	1 409	2 399	1 130	540
Não representava os seus interesse ou não acreditava no sindicato	13 833	894	2 765	6 674	2 467	1 033
Não tinha serviços que o interessassem	19 617	1 236	4 604	9 131	3 124	1 521
Não conhecia o sindicato que representava sua categoria	21 917	2 186	5 639	9 346	2 867	1 879
Não sabia como se associar	9 819	1 045	2 390	4 152	1 234	997
Receio de represália da empresa	258	24	87	104	28	15
Outros	6 394	636	2 018	2 407	910	423
Valores relativos (%)						
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Participação nas atividades promovidas pelo sindicato						
Participava	0,6	0,5	0,8	0,4	0,7	0,5
Não participava	99,4	99,5	99,2	99,6	99,3	99,5
Associação a algum sindicato anteriormente						
Era associado	7,1	5,9	7,3	6,9	9,1	5,1
Não era associado	92,9	94,1	92,7	93,1	90,9	94,9
Motivo da não associação ao sindicato						
Estava sem trabalho ou tinha parado de trabalhar	6,6	6,2	7,4	6,3	7,1	5,4
A contribuição era cara	7,0	4,7	6,9	6,6	8,9	8,0
Não representava os seus interesse ou não acreditava no sindicato	16,6	13,2	13,5	18,3	19,5	15,3
Não tinha serviços que o interessassem	23,6	18,3	22,6	25,0	24,7	22,5
Não conhecia o sindicato que representava sua categoria	26,4	32,3	27,6	25,6	22,7	27,8
Não sabia como se associar	11,8	15,5	11,7	11,4	9,8	14,7
Receio de represália da empresa	0,3	0,4	0,4	0,3	0,2	0,2
Outros	7,7	9,4	9,9	6,6	7,2	6,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015.

Referências

AHMED, I. Decent work and human development. *International Labour Review*, Geneva: International Labour Office - ILO, v. 142, n. 2, p. 263-271, 2003. Disponível em: <http://www.uni-kassel.de/einrichtungen/fileadmin/datas/einrichtungen/icdd/dateien/Webportal_Publications/Decent_Work_Indicators/Decent_Work_and_Human_Development.pdf>. Acesso em: abr. 2017.

BRASIL. Decreto n. 8.381, de 29 de dezembro de 2014. Regulamenta a Lei n. 12.382, de 25 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre o valor do salário mínimo e a sua política de valorização de longo prazo. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, ano 151, n. 252, 30 dez. 2014. Seção 1, p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8381.htm>. Acesso em: abr. 2017.

_____. Lei n. 11.274, de 6 de fevereiro de 2006. Altera a redação dos artigos 29, 30, 32 e 87 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (anos) de idade. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, ano 143, n. 27, 7 fev. 2006. Seção 1, p. 1-2. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11274.htm>. Acesso em: abr. 2017.

CANCEIS user's guide: Canadian census edit and imputation system. Version 4.5. Ottawa: Statistics Canada - StatCan, Social Survey Methods Division, 2007.

CLASIFICACIÓN industrial internacional uniforme de todas las actividades económicas - CIIU. Rev. 3. Nueva York: Naciones Unidas, Departamento de Asuntos Económicos y Sociales, División de Estadística, 1990. 214 p. (Informes estadísticos. Serie M, n. 4). Disponível em: <<http://concla.ibge.gov.br/classificacoes/por-tema/atividades-economicas>>. Acesso em: abr. 2017.

CLASIFICACIÓN internacional uniforme de ocupaciones - CIUO-88. Ginebra: Organización Internacional del Trabajo - OIT, 2004. Disponível em: <<http://www.ilo.org/public/spanish/bureau/stat/isco/isco88/index.htm>>. Acesso em: abr. 2017.

CLASSIFICAÇÃO brasileira de ocupações - CBO. 2. ed. Brasília, DF: Ministério do Trabalho e Emprego, 2002. 3 v. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/downloads.jsf>>. Acesso em: abr. 2017.

CLASSIFICAÇÃO nacional de atividades econômicas - CNAE. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. 344 p. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://concla.ibge.gov.br/classificacoes/por-tema/atividades-economicas>>. Acesso em: abr. 2017.

CLASSIFICAÇÃO nacional de atividades econômicas domiciliar - CNAE-Domiciliar. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: <<http://concla.ibge.gov.br/classificacoes/por-tema/atividades-economicas>>. Acesso em: abr. 2017.

D'SOUZA, A. *Camino del trabajo decente para el personal del servicio doméstico*: panorama de la labor de la OIT. Ginebra: Organización Internacional del Trabajo - OIT, 2010. 104 p. Documento de trabajo 2/2010. Disponível em: <http://www.ilo.org/gender/Informationresources/WCMS_142907/lang-es/index.htm>. Acesso em: abr. 2017.

ESTIMATIVAS da população residente para os municípios e para as unidades da federação brasileiros com data de referência em 1º de julho de 2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 8 p. Nota metodológica. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv97746.pdf>>. Acesso em: abr. 2017.

INTERNATIONAL CONFERENCE OF LABOUR STATISTICIANS, 13., 1982, Geneva. *Resolution concerning statistics of the economically active population, employment, unemployment and underemployment*. Geneva: International Labour Office - ILO, 1982. [9] p. Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---stat/documents/normativeinstrument/wcms_087481.pdf>. Acesso em: abr. 2017.

INTERNATIONAL standard classification of occupations - ISCO-88. Geneva: International Labour Organization - ILO, 2004. Disponível em: <<http://www.ilo.org/public/english/bureau/stat/isco/isco88/index.htm>>. Acesso em: abr. 2017.

INTERNATIONAL standard industrial classification of all economic activities - ISIC. Rev. 3. New York: United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Statistics Division, 1990. 189 p. (Statistical Papers. Series M, n. 4). Disponível em: <<http://concla.ibge.gov.br/classificacoes/por-tema/atividades-economicas/>>. Acesso em: abr. 2017.

METHODS for projections of urban and rural population. New York: United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division, 1974. 125 p. (Manuals on methods of estimating population, 8). Disponível em: <<http://www.un.org/en/development/desa/population/publications/manual/projection/urban-rural.shtml>>. Acesso em: abr. 2017.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Acesso ao trabalho decente. In: _____. *Manual de capacitação e informação sobre gênero, raça, pobreza e emprego*. Brasília, DF, 2005. 84 p. Módulo 3. Disponível em: <http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/gender/pub/manual_grpe_modulo_3_263.pdf>. Acesso em: abr. 2017.

_____. *Agenda nacional de trabalho decente*. Brasília, DF, 2006. 19 p. Disponível em: <http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/decent_work/doc/agenda_nacional_trabalho_decente_536.pdf>. Acesso em: abr. 2017.

PESQUISA nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. 101 p. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2015/default_sintese.shtm>. Acesso em: abr. 2017.

PROJEÇÕES da população: Brasil e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. 43 p. (Série relatórios metodológicos, v. 40). Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/2013/default.shtm>. Acesso em: abr. 2017.

REGIONAL literacy rates for youths (15-24) and adults (15+). Montreal: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization - Unesco, Institute for Statistics, 2008. Disponível em: <<http://data.uis.unesco.org/?ReportId=201>>. Acesso em: abr. 2017.

TRABAJO decente para los trabajadores domésticos. Ginebra: Organización Internacional del Trabajo - OIT, 2010. 152 p. Informe IV (1). Trabalho apresentado na 99ª Reunião da Conferencia Internacional del Trabajo, realizada em Genebra, 2010. Disponível em: <http://www.ilo.org/ilc/ILCSessions/99thSession/reports/WCMS_104703/lang-es/index.htm>. Acesso em: abr. 2017.

UNITED NATIONS. Statistical Division. *Principles and recommendations for population and housing censuses*. Rev. 2. New York, 2008. 420 p. (Statistical papers. Series M, n. 67/rev.2). Disponível em: <<http://unstats.un.org/unsd/pubs/gesgrid.asp?id=383>>. Acesso em: abr. 2017.

VALENZUELA, M. E.; MORA, C. (Ed.). *Trabajo doméstico: un largo camino hacia el trabajo decente*. Santiago de Chile: Organización Internacional del Trabajo - OIT, 2009. 304 p. Disponível em: <http://www.oit.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---sro-santiago/documents/publication/wcms_180549.pdf>. Acesso em: abr. 2017.

VILLÁN CRIADO, I.; BRAVO CABRIA, M. S. *Procedimiento de depuración de datos estadísticos*. Vitoria-Gasteiz: Euskal Estatistika-Erakundea [Instituto Vasco de Estadística] - Eustat, 1990. 169 p. (Cuaderno, 20). Disponível em: <<http://www.eustat.es/productosServicios/datos/vol0020.pdf>>. Acesso em: abr. 2017.

WSIS THEMATIC MEETING ON MEASURING THE INFORMATION SOCIETY, 2005, Geneva. Final conclusions. Geneva: World Summit on the Information Society - WSIS, 2005. 10 p. Disponível em: <<http://www.itu.int/wsis/docs2/thematic/unctad/final-conclusions.pdf>>. Acesso em: abr. 2017.

Anexos

1 - Grupamentos e subgrupos principais ocupacionais

2 - Grupamentos e divisões de atividade

3 - Considerações metodológicas sobre as estimativas da população para cálculo dos pesos para a expansão da amostra da PNAD 2015

Anexo 1 - Grupamentos e subgrupos principais ocupacionais

Dirigentes em geral

Membros superiores e dirigentes do poder público
Dirigentes de empresas e organizações (exceto de interesse público)
Gerentes

Profissionais das ciências e das artes

Profissionais policientíficos
Profissionais das ciências exatas, físicas e da engenharia
Profissionais das ciências biológicas, da saúde e afins
Profissionais do ensino (com formação de nível superior)
Profissionais das ciências jurídicas
Profissionais das ciências sociais e humanas
Comunicadores, artistas e religiosos

Técnicos de nível médio

Técnicos polivalentes
Técnicos de nível médio das ciências físicas, químicas, engenharia e afins
Técnicos de nível médio das ciências biológicas, bioquímicas, da saúde e afins
Professores leigos e de nível médio
Técnicos de nível médio em serviços de transportes
Técnicos de nível médio nas ciências administrativas
Técnicos em nível médio dos serviços culturais, das comunicações e dos desportos
Outros técnicos de nível médio

Trabalhadores de serviços administrativos

Escriturários
Trabalhadores de atendimento ao público

Trabalhadores dos serviços

Trabalhadores dos serviços

Vendedores e prestadores de serviços do comércio

Vendedores e prestadores de serviços do comércio

Trabalhadores agrícolas

Produtores na exploração agropecuária
Trabalhadores na exploração agropecuária
Pescadores, caçadores e extrativistas florestais
Trabalhadores da mecanização agropecuária e florestal

Trabalhadores da produção de bens e serviços de reparação e manutenção

Trabalhadores da indústria extrativa e da construção civil
Trabalhadores da transformação de metais e de compósitos
Trabalhadores da fabricação e instalação eletroeletrônica
Montadores de aparelhos e instrumentos de precisão e musicais
Joalheiros, vidreiros, ceramistas e afins
Trabalhadores das indústrias têxteis, do curtimento, do vestuário e das artes gráficas
Trabalhadores das indústrias de madeira e do mobiliário
Trabalhadores de funções transversais
Trabalhadores das indústrias de processos contínuos e outras indústrias
Trabalhadores de instalações siderúrgicas e de materiais de construção
Trabalhadores de instalações e máquinas de fabricação de celulose, papel, papelão e artefatos
Trabalhadores da fabricação de alimentos, bebidas e fumo
Operadores de instalações de produção e distribuição de energia, utilidades, captação, tratamento e distribuição de água
Outros trabalhadores elementares industriais
Trabalhadores de reparação e manutenção mecânica
Polimantenedores
Outros trabalhadores da conservação, manutenção e reparação

Membros das forças armadas e auxiliares

Militares da aeronáutica
Militares do exército
Militares da marinha
Policiais militares
Bombeiros militares

Ocupações maldefinidas

Ocupações maldefinidas

Anexo 2 - Grupamentos e divisões de atividade

Agrícola

Agricultura, pecuária e serviços relacionados com estas atividades

Silvicultura, exploração florestal e serviços relacionados com estas atividades

Pesca, aquicultura e atividades dos serviços relacionados com estas atividades

Indústria

Indústrias de transformação

Fabricação de produtos alimentícios e bebidas

Fabricação de produtos do fumo

Fabricação de produtos têxteis

Confecção de artigos do vestuário e acessórios

Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados

Fabricação de produtos de madeira

Fabricação de celulose, papel e produtos de papel

Edição, impressão e reprodução de gravações

Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool

Fabricação de produtos químicos

Fabricação de produtos de borracha e plástico

Fabricação de produtos de minerais não metálicos

Metalurgia básica

Fabricação de produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos

Fabricação de máquinas e equipamentos

Fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informática

Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos

Fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicações

Fabricação de equipamentos de instrumentação médico-hospitalares, instrumentos de precisão e ópticos, equipamentos para automação industrial, cronômetros e relógios

Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias

Fabricação de outros equipamentos de transporte

Fabricação de móveis e indústrias diversas

Reciclagem

Outras atividades industriais

- Extração de carvão mineral
- Extração de petróleo, gás natural e serviços correlatos
- Extração de minerais radioativos
- Extração de minerais metálicos
- Extração de minerais não metálicos
- Eletricidade, gás e água quente
- Captação, tratamento e distribuição de água

Construção

- Construção

Comércio e reparação

- Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas; e comércio a varejo de combustíveis
- Intermediários do comércio, comércio e reparação de objetos pessoais e domésticos

Alojamento e alimentação

- Alojamento e alimentação

Transporte, armazenagem e comunicação

- Transporte terrestre
- Transporte aquaviário
- Transporte aéreo
- Atividades anexas e auxiliares do transporte e agências de viagem
- Correios e telecomunicações

Administração pública

- Administração pública, defesa e seguridade social

Educação, saúde e serviços sociais

- Educação
- Saúde e serviços sociais

Outros serviços coletivos, sociais e pessoais

- Limpeza urbana e esgoto; e atividades conexas
- Atividades associativas
- Atividades recreativas, culturais e desportivas
- Serviços pessoais

Serviços domésticos

Serviços domésticos

Outras atividades

Intermediação financeira, exclusive de seguros e previdência privada

Seguros e previdência privada

Atividades auxiliares da intermediação financeira

Atividades imobiliárias

Aluguel de veículos, máquinas e equipamentos sem condutores ou operadores e de objetos pessoais e domésticos

Atividades de informática e conexas

Pesquisa e desenvolvimento

Serviços prestados principalmente às empresas

Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais

Atividades maldefinidas

Atividades maldefinidas

Anexo 3 - Considerações metodológicas sobre as estimativas da população para cálculo dos pesos para a expansão da amostra da PNAD 2015

O IBGE calibra as estimativas provenientes das pesquisas domiciliares por amostragem tomando por base os dados da Projeção da População que o Instituto elabora e divulga. Assim, para a expansão da amostra da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2015, são utilizados estimadores de razão cuja variável independente é a projeção da população residente de cada Unidade da Federação, segundo o tipo de área (região metropolitana e não metropolitana de divulgação da pesquisa).

Em 2013, o IBGE divulgou a Projeção da População das Unidades da Federação, por Sexo e Idade, para o período 2000-2030, pelo Método das Componentes Demográficas, o que representa um importante aprimoramento metodológico. Essa metodologia incorporou os resultados dos parâmetros demográficos calculados com base no Censo Demográfico 2010 e as informações mais recentes dos registros de nascimentos e óbitos. Nesse método, interagem as variáveis demográficas seguindo as coortes de pessoas ao longo do tempo, expostas às leis de fecundidade, mortalidade e migração. Para tanto, é necessário que se produzam estimativas e projeções dos níveis e padrões de cada uma dessas componentes. Esta se reveste na mais delicada etapa do processo como um todo, pois a formulação das hipóteses sobre as perspectivas futuras da fecundidade, da mortalidade e da migração requer o empreendimento de um esforço cuidadoso no sentido de garantir a coerência entre os parâmetros disponíveis, descritivos das tendências passadas, e aqueles que resultarão da Projeção¹. É dessa Projeção que se originam as estimativas da população para níveis geográficos mais desagregados, no caso do IBGE, os municípios.

Para estimar a população dos municípios, foi utilizado o Método de Tendência de Crescimento Populacional, denominado AiBi. Essa metodologia tem como princípio fundamental a subdivisão de uma área maior, cuja estimativa já se conhece, em n áreas menores, de tal forma que seja assegurada, ao final das estimativas das áreas menores, a reprodução da estimativa, previamente conhecida, da área maior por meio da soma das estimativas das áreas menores².

Neste caso, a população da área maior considerada para a utilização do método foi a população projetada para cada Unidade da Federação, elaborada pelo Método das Componentes Demográficas. As populações das áreas menores foram as dos municípios aferidas nos Censos Demográficos 2000 e 2010, ajustadas a partir de um processo de conciliação censitária.

As estimativas da população para calibrar a PNAD 2015 tiveram como data de referência o dia 26 de setembro de 2015.

¹ Para informações mais detalhadas sobre os aspectos metodológicos, consultar: PROJEÇÕES da população: Brasil e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. 43 p. (Série relatórios metodológicos, v. 40). Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/2013/default.shtm>. Acesso em: abr. 2017.

² Para informações mais detalhadas sobre os aspectos metodológicos, consultar: ESTIMATIVAS da população residente para os municípios e para as unidades da federação brasileiros com data de referência em 1º de julho de 2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 8 p. Nota metodológica. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv97746.pdf>>. Acesso em: abr. 2017.

A partir da metodologia para estimar as populações municipais, os efetivos correspondentes às regiões metropolitanas foram obtidos a partir da soma das populações de cada um dos municípios que as compõem. As populações não metropolitanas das Unidades da Federação foram obtidas por subtração das populações totais das respectivas Unidades da Federação.

As estimativas das populações, segundo a situação de residência urbana e rural, foram calculadas aplicando-se o método proposto pela Organização das Nações Unidas - ONU³. Esse método matemático é baseado no pressuposto de que a diferença entre as taxas de crescimento das populações urbana e rural se mantém constante ao longo do tempo (constante K). A partir dessa constante K, é possível construir uma expressão analítica (modelo logístico) de forma a se obter a projeção do percentual urbano de uma população qualquer, a partir do instante inicial t (sendo t o ano de referência do último censo demográfico). É necessário também o conhecimento da população de partida da projeção; neste caso, o percentual de população urbana ($p_u(t)$), no instante de tempo inicial.

Até 2003, utilizou-se a projeção da população residente urbana como variável independente para a expansão da amostra da PNAD das seis Unidades da Federação (Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá) em que a pesquisa não cobria a área rural. A partir de 2004, a PNAD passou a cobrir tanto as áreas urbanas como as rurais dessas seis Unidades da Federação. Considerando essa situação especial, unicamente para essas seis Unidades da Federação, adotou-se a projeção da população residente, segundo a situação do domicílio (urbana e rural), como variável independente para expansão da amostra.

³ Para informações mais detalhadas sobre o método proposto, consultar: METHODS for projections of urban and rural population. New York: United Nations, 1974. 125 p. (Manuals on methods of estimating population, 8). Disponível em: <<http://www.un.org/esa/population/techcoop/PopProj/manual8/manual8.html>>. Acesso em: abr. 2017.

Glossário

A pesquisa abrange a população residente nas unidades domiciliares (domicílios particulares e unidades de habitação em domicílios coletivos). Excluem-se as pessoas residentes em embaixadas, consulados e legações e, também, as pessoas institucionalizadas residentes em domicílios coletivos de estabelecimentos institucionais, tais como: os militares em caserna ou dependências de instalações militares; os presos em penitenciárias; os internos em escolas, orfanatos, asilos, hospitais etc.; e os religiosos em conventos, mosteiros etc.

As características gerais e de educação foram pesquisadas para todas as pessoas e as de trabalho e rendimento, para as pessoas de 10 anos ou mais de idade.

A pesquisa sobre os aspectos das relações de trabalho e sindicalização foi realizada para as pessoas de 16 anos ou mais de idade.

anos de estudo Classificação estabelecida em função da série e do nível ou grau mais elevado alcançado pela pessoa, considerando a última série concluída com aprovação. Cada série concluída com aprovação corresponde a 1 ano de estudo. A contagem dos anos de estudo tem início: em 1 ano, a partir da primeira série concluída com aprovação de curso de ensino fundamental, de primeiro grau ou elementar; em 5 anos de estudo, a partir da primeira série concluída com aprovação de curso de médio primeiro ciclo; em 9 anos de estudo, a partir da primeira série concluída com aprovação de curso de ensino médio, de segundo grau ou de médio segundo ciclo; em 12 anos de estudo, a partir da primeira série concluída com aprovação de curso superior. As pessoas que não declararam a série e o nível ou grau, ou com in-

formações incompletas ou que não permitem a sua classificação, são reunidas no grupo de anos de estudo não determinados ou sem declaração. Tendo em vista o período de transição da mudança da duração do ensino fundamental, a classificação segundo os anos de estudo foi construída de forma a harmonizar a duração do ensino fundamental de 9 anos para 8 anos. Na contagem dos anos de estudo para o ensino fundamental com duração de 9 anos, a primeira série concluída com aprovação foi enquadrada em menos de 1 ano de estudo, a segunda série, em 1 ano de estudo, e assim, sucessivamente, até a nona série, classificada em 8 anos de estudo.

atividade Finalidade ou ramo de negócio da organização, empresa ou entidade para a qual a pessoa trabalha. Para os trabalhadores por conta própria, classifica-se de acordo com a ocupação exercida.

categoria do emprego Classificação dos empregados em: com carteira de trabalho assinada; militares (do Exército, Marinha de Guerra e Aeronáutica, inclusive as pessoas prestando serviço militar obrigatório) e funcionários públicos estatutários (empregados regidos pelos Estatutos dos funcionários públicos federais, estaduais, municipais ou de autarquias); ou outro sem carteira de trabalho assinada. Classificação dos trabalhadores domésticos em: com carteira de trabalho assinada ou sem carteira de trabalho assinada.

Classificação Brasileira de Ocupações Domiciliar - CBO-Domiciliar Adaptação da Classificação Brasileira de Ocupações - CBO, do Ministério do Trabalho e Emprego, para as pesquisas domiciliares. Para esta adaptação às pesquisas domiciliares o IBGE utilizou a estrutura da CBO, que ainda estava sendo validada pelo Ministério do Trabalho e Emprego em setembro de 1999. A CBO-Domiciliar mantém-se idêntica à CBO no nível mais agregado – grande grupo – e reagrupa algumas famílias ocupacionais, subgrupos e subgrupos principais, tendo em vista as dificuldades de sua captação com precisão em pesquisas domiciliares. A CBO tem como referência a International Standard Classification of Occupations - ISCO-88 (Clasificación Internacional Uniforme de Ocupaciones - CIUO-88).

Classificação Nacional de Atividades Econômicas-Domiciliar - CNAE-Domiciliar Adaptação da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE para as pesquisas domiciliares. A CNAE-Domiciliar mantém-se idêntica à CNAE nos níveis mais agregados – seção e divisão, com exceção das divisões do comércio em que não se distingue o varejo e o atacado – reagrupa classes onde o detalhamento foi considerado inadequado para as pesquisas domiciliares e desagrega algumas atividades de serviços que têm nestas pesquisas sua única fonte de cobertura. A CNAE tem como referência a International Standard Industrial Classification of all Economic Activities - ISIC (Clasificación Industrial Internacional Uniforme de todas las Actividades Económicas - CIIU), 3ª revisão, das Nações Unidas.

condição de atividade na semana de referência Classificação da pessoa em idade ativa em economicamente ativa ou não economicamente ativa na semana de referência da pesquisa.

condição de estudante Classificação da pessoa em: estudante ou não estudante.

condição na unidade domiciliar Classificação dos componentes da unidade domiciliar, quanto à relação de parentesco ou de convivência existente entre cada membro e a pessoa de referência ou com o seu cônjuge, em: pessoa de referência - pessoa responsável pela unidade domiciliar ou assim considerada pelos demais membros; cônjuge - pessoa que vive conjugalmente com a pessoa de referência da unidade domiciliar, existindo ou não vínculo matrimonial; filho - pessoa que é filho, enteado, filho adotivo ou de criação da pessoa de referência da unidade domiciliar ou do seu cônjuge; outro parente - pessoa que tem qualquer outro grau de parentesco com a pessoa de referência da unidade domiciliar ou com o seu cônjuge, exclusive os relacionados anteriormente; agregado - pessoa que não é parente da pessoa de referência da unidade domiciliar nem do seu cônjuge e não paga hospedagem nem alimentação; pensionista - pessoa que não é parente da pessoa de referência da unidade domiciliar nem do seu cônjuge e paga hospedagem ou alimentação; empregado doméstico - pessoa que presta serviço doméstico remunerado, em dinheiro ou somente em benefícios, a membro(s) da unidade domiciliar; ou parente do empregado doméstico - pessoa que é parente do empregado doméstico e não presta serviço doméstico remunerado a membro(s) da unidade domiciliar.

conta própria Pessoa que trabalha explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com a ajuda de trabalhador não remunerado.

data de referência Data fixada para o cálculo da idade e para a investigação de características de trabalho. Corresponde ao último dia da semana de referência que, para a pesquisa realizada em 2015, foi o dia 26 de setembro de 2015.

dependência doméstica Relação estabelecida entre a pessoa de referência e os empregados domésticos e agregados da unidade domiciliar.

domicílio Local de moradia estruturalmente separado e independente, constituído por um ou mais cômodos. A separação fica caracterizada quando o local de moradia é limitado por paredes, muros, cercas etc., coberto por um teto, permitindo que os moradores se isolem, arcando com parte ou todas as suas despesas de alimentação ou moradia. A independência fica caracterizada quando o local de moradia tem acesso direto, permitindo que os moradores possam entrar e sair sem passar por local de moradia de outras pessoas. Os domicílios classificam-se em: domicílio particular ou domicílio coletivo.

domicílio coletivo Domicílio destinado à habitação de pessoas em cujo relacionamento prevalece o cumprimento de normas administrativas.

domicílio particular Domicílio destinado à habitação de uma pessoa ou de um grupo de pessoas cujo relacionamento é ditado por laços de parentesco, dependência doméstica ou, ainda, normas de convivência. O domicílio particular é classificado, quanto à espécie em: permanente ou improvisado.

domicílio particular improvisado Domicílio particular localizado em unidade que não tem dependência destinada exclusivamente à moradia (loja, sala comercial etc.) ou em prédio em construção, embarcação, carroça, vagão, tenda, barraca, gruta etc., que esteja servindo de moradia.

domicílio particular permanente Domicílio particular localizado em casa, apartamento ou cômodo e destinado à moradia.

empreendimento Empresa, instituição, entidade, firma, negócio etc., ou, ainda, o trabalho sem estabelecimento, desenvolvido individualmente ou com ajuda de outras pessoas (empregados, sócios ou trabalhadores não remunerados). Um empreendimento pode ser constituído por um ou mais estabelecimentos ou não ter estabelecimento.

empregado Pessoa que trabalha para um empregador (pessoa física ou jurídica), geralmente obrigando-se ao cumprimento de uma jornada de trabalho e recebendo em contrapartida remuneração em dinheiro, mercadorias, produtos ou benefícios (moradia, comida, roupas etc.). Nesta categoria, inclui-se a pessoa que presta o serviço militar obrigatório e, também, o sacerdote, ministro de igreja, pastor, rabino, frade, freira e outros clérigos.

empregador Pessoa que trabalha explorando o seu próprio empreendimento, com pelo menos um empregado.

estudante Pessoa que frequenta curso regular (ensino fundamental, ensino médio ou superior de graduação), de mestrado ou doutorado, pré-escolar, alfabetização de adultos, supletivo ministrado em escola, ou pré-vestibular. A pessoa que frequenta somente curso sequencial de educação superior, de especialização profissional, de extensão cultural (idioma, costura, datilografia etc.) ou supletivo por meio de rádio, televisão ou correspondência não é classificada como estudante.

grupamentos de atividade Agrupamento das divisões da Classificação Nacional de Atividades Econômicas Domiciliar - CNAE-Domiciliar em: agrícola; indústria; indústria de transformação; construção; comércio e reparação; alojamento e alimentação; transporte, armazenagem e comunicação; administração pública; educação, saúde e serviços sociais; serviços domésticos; outros serviços coletivos, sociais e pessoais; e outras atividades. A composição dos grupamentos de atividade encontra-se no Anexo 2.

grupamentos ocupacionais Agrupamento dos subgrupos principais da Classificação Brasileira de Ocupações Domiciliar - CBO-Domiciliar em:

dirigentes em geral; profissionais das ciências e das artes; técnicos de nível médio; trabalhadores de serviços administrativos; trabalhadores dos serviços; vendedores e prestadores de serviços do comércio; trabalhadores agrícolas; trabalhadores da produção de bens e serviços e de reparação e manutenção; membros das forças armadas e auxiliares. A composição dos grupamentos ocupacionais encontra-se no Anexo 1.

idade Idade calculada, em anos completos, na data de referência da pesquisa, com base no dia, mês e ano do nascimento da pessoa, ou idade presumida da pessoa que não sabe a data de nascimento.

morador *Ver em* população residente

mês de referência Mês fixado para a investigação dos rendimentos. Para a pesquisa realizada em 2015, foi o mês de setembro de 2015.

não remunerado Pessoa que trabalha sem remuneração, durante pelo menos uma hora na semana: em ajuda a membro da unidade domiciliar que é conta própria ou empregador em qualquer atividade ou empregado na produção de bens primários (que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal ou mineral, caça, pesca e piscicultura); em ajuda a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo; ou como aprendiz ou estagiário.

nível de instrução Classificação estabelecida em função da série e do nível ou grau que a pessoa frequenta ou havia frequentado e da sua conclusão, compatibilizando os sistemas de ensino anteriores e o vigente, nos seguintes níveis: sem instrução; fundamental incompleto; fundamental completo; médio incompleto; médio completo; superior incompleto; superior completo; ou não determinado.

nível fundamental completo Para a pessoa que: a) frequenta: a 1ª série de curso do ensino médio, regular ou da educação de jovens e adultos; b) não frequenta, mas já frequentou e concluiu, com aprovação: curso do médio primeiro ciclo, regular do primeiro grau ou do ensino fundamental com duração de 8 anos ou 9 anos, da educação de jovens e adultos ou supletivo do primeiro grau ou do ensino fundamental; ou c) não frequenta, mas já frequentou: curso do médio segundo ciclo, regular do segundo grau ou do ensino médio, da educação de jovens e adultos ou supletivo do segundo grau ou do ensino médio, mas não concluiu, com aprovação, a 1ª série destes cursos; ou curso de médio segundo ciclo não seriado, ou da educação de jovens e adultos ou supletivo do segundo grau ou do ensino médio não seriados, mas não concluiu estes cursos.

nível fundamental incompleto Para a pessoa que: a) frequenta: da 2ª a 8ª série de curso regular do ensino fundamental de duração de 8 anos ou da educação de jovens e adultos do ensino fundamental; da 3ª a 9ª série de curso regular do ensino fundamental de duração de 9 anos; ou b) não frequenta, mas já frequentou: curso elementar e concluiu, com aprovação, pelo menos a 1ª série deste curso; curso de médio primeiro ciclo, mas não concluiu este curso; curso regular do

primeiro grau ou do ensino fundamental de duração de 8 anos, ou da educação de jovens e adultos ou supletivo do primeiro grau ou ensino fundamental e concluiu, com aprovação, pelo menos a 1ª série e, no máximo, a 7ª série destes cursos; ou curso regular do ensino fundamental de duração de 9 anos e concluiu, com aprovação, pelo menos a 2ª série e, no máximo, a 8ª série deste curso.

nível médio completo Para a pessoa que: a) frequenta: a 4ª série de curso regular do ensino médio; curso pré-vestibular; ou a 1ª série de curso superior de graduação; ou b) não frequenta, mas já frequentou e concluiu, com aprovação, pelo menos a 3ª série de curso do médio segundo ciclo, ou regular do segundo grau ou do ensino médio; c) não frequenta, mas já frequentou e concluiu, com aprovação, curso de educação de jovens e adultos ou supletivo do segundo grau ou do ensino médio; ou d) não frequenta, mas já frequentou curso superior de graduação, mas não concluiu, com aprovação, a 1ª série deste curso.

nível médio incompleto Para a pessoa que: a) frequenta: a 2ª ou a 3ª série de curso do ensino médio, regular ou de educação de jovens e adultos; ou b) não frequenta, mas já frequentou e concluiu a 1ª série ou, no máximo, a 2ª série de curso do médio segundo ciclo, regular do segundo grau ou do ensino médio, da educação de jovens e adultos ou supletivo do segundo grau ou do ensino médio.

nível sem instrução Para a pessoa que: a) nunca frequentou escola; b) frequenta: creche; classe de alfabetização; maternal, jardim de infância etc.; curso de alfabetização de jovens e adultos; a 1ª série de curso regular do ensino fundamental de duração de 8 anos ou da educação de jovens e adultos do ensino fundamental; a 1ª ou a 2ª série de curso regular do ensino fundamental de duração de 9 anos; ou c) não frequenta, mas já frequentou: creche; classe de alfabetização; maternal, jardim de infância etc.; alfabetização de jovens e adultos; curso elementar, regular do primeiro grau ou do ensino fundamental de duração de 8 anos, ou da educação de jovens e adultos ou supletivo do primeiro grau ou do ensino fundamental, mas não concluiu, com aprovação, a 1ª série destes cursos; curso regular do ensino fundamental de duração de 9 anos, mas, no máximo, concluiu, com aprovação, a 1ª série deste curso; curso da educação de jovens e adultos ou supletivo do primeiro grau ou do ensino fundamental não seriados, mas não concluiu estes cursos.

nível superior completo Para a pessoa que: a) frequenta curso de mestrado ou doutorado; b) não frequenta, mas já frequentou curso de mestrado ou doutorado; ou c) não frequenta, mas já frequentou e concluiu, com aprovação, curso superior de graduação.

nível superior incompleto Para a pessoa que: a) frequenta da 2ª a 6ª série de curso superior de graduação; ou b) não frequenta, mas já frequentou curso superior de graduação e concluiu, com aprovação, pelo menos a 1ª série, mas não concluiu o curso.

nível não determinado Para a pessoa que frequenta curso de educação de jovens e adultos do ensino fundamental não seriado ou do ensino médio não seriado.

normas de convivência Regras estabelecidas para o convívio de pessoas que moram juntas sem estarem ligadas por laços de parentesco ou dependência doméstica.

número de trabalhos Número de empreendimentos em que a pessoa tem trabalho na semana de referência. O trabalho na produção para o próprio consumo ou na construção para o próprio uso somente é contado para a pessoa que não tem qualquer outro trabalho remunerado ou sem remuneração no período de referência especificado.

ocupação Cargo, função, profissão ou ofício exercido pela pessoa.

período de referência de 365 dias Período fixado para a investigação de características de trabalho. Abrange a semana de referência da pesquisa e os 358 dias que a antecedem. Para a pesquisa realizada em 2015, foi o período de 27 de setembro de 2014 a 26 de setembro de 2015.

pessoa desocupada Pessoa sem trabalho na semana de referência, mas que toma alguma providência efetiva de procura de trabalho nesse período.

pessoa economicamente ativa Pessoa classificada como ocupada ou desocupada na semana de referência da pesquisa.

pessoa em idade ativa Pessoa de 10 anos ou mais de idade.

pessoa não economicamente ativa Pessoa que não é classificada como ocupada nem como desocupada na semana de referência da pesquisa.

pessoa não ocupada Pessoa que não é classificada como ocupada na semana de referência da pesquisa.

pessoa ocupada Pessoa que tem trabalho durante toda ou parte da semana de referência da pesquisa, inclusive a pessoa que não exerce o trabalho remunerado que tem nessa semana por motivo de férias, licença, falta, greve etc.

população residente Pessoas que têm a unidade domiciliar (domicílio particular ou unidade de habitação em domicílio coletivo) como local de residência habitual e, na data da entrevista, estão presentes ou ausentes, temporariamente, por período não superior a 12 meses em relação àquela data.

posição na ocupação Relação de trabalho existente entre a pessoa e o empreendimento em que trabalha. Segundo a posição na ocupação, a pessoa é classificada em: empregado, trabalhador doméstico, conta própria, empregador, não remunerado, trabalhador na produção para o próprio consumo ou trabalhador na construção para o próprio uso.

procura de trabalho Tomada de alguma providência efetiva para conseguir trabalho, tal como: contato estabelecido com empregadores; prestação de concurso; inscrição em concurso; consulta a agência de

emprego, sindicato ou órgão similar; resposta a anúncio de emprego; solicitação de trabalho a parente, amigo, colega ou por meio de anúncio; tomada de medida para iniciar negócio; etc.

rendimento mensal Soma do rendimento mensal de trabalho com o proveniente de outras fontes.

rendimento mensal de outras fontes Rendimento mensal, no mês de referência da pesquisa, normalmente recebido de: a) jubilação, reforma ou aposentadoria paga por instituto de previdência (federal, estadual ou municipal, inclusive Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural - FUNRURAL) ou pelo governo federal; complementação ou suplementação de aposentadoria paga por entidade seguradora ou decorrente de participação em fundo de pensão; pensão paga por instituto de previdência (federal, estadual ou municipal), governo federal, caixa de assistência social, entidade seguradora ou fundo de pensão, na qualidade de beneficiária de outra pessoa; pensão alimentícia, espontânea ou judicial; abono de permanência em serviço; aluguel, inclusive sublocação e arrendamento de móveis, imóveis, máquinas, equipamentos, animais etc.; doação ou mesada proveniente de pessoa não moradora na unidade domiciliar; programa oficial de auxílio educacional (como o Bolsa Escola) ou social (Renda Mínima, Bolsa Família, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social - BPC-LOAS, e outros); e b) rendimento médio mensal, no mês de referência da pesquisa, proveniente de aplicação financeira (juros de papel de renda fixa e de caderneta de poupança, dividendos etc.); parceria; etc.

rendimento mensal de trabalho Rendimento mensal em dinheiro e valor, real ou estimado, do rendimento em produtos ou mercadorias do ramo que compreende a agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, provenientes do trabalho principal, do trabalho secundário e dos demais trabalhos que a pessoa tem na semana de referência da pesquisa, exceto o valor da produção para consumo próprio. Para empregados e trabalhadores domésticos - remuneração bruta mensal a que normalmente têm direito trabalhando o mês completo ou, quando o rendimento é variável, remuneração média mensal relativa ao mês de referência da pesquisa. Entende-se por remuneração bruta o rendimento sem excluir o salário família e os descontos correspondentes aos pagamentos de instituto de previdência, imposto de renda, faltas etc., e não incluindo o 13º salário (14º, 15º salários etc.) e a participação nos lucros paga pelo empreendimento aos empregados. A parcela recebida em benefícios (moradia; alimentação; roupas; vales refeição, alimentação ou transporte; etc.) não é incluída no cômputo do rendimento de trabalho. Para empregadores e conta própria - retirada mensal normalmente feita ou, quando o rendimento é variável, retirada média mensal relativa ao mês de referência da pesquisa. Entende-se por retirada o ganho (rendimento bruto menos despesas efetuadas com o empreendimento, tais como: pagamento de empregados, matéria-prima, energia elétrica, telefone etc.) da pessoa que explora

um empreendimento como conta própria ou empregadora. Para a pessoa licenciada por instituto de previdência, considera-se o rendimento bruto mensal normalmente recebido como benefício (auxílio doença, auxílio por acidente de trabalho etc.), relativo ao mês de referência da pesquisa. Os empregados e trabalhadores domésticos que recebem apenas alimentação, roupas, medicamentos etc. (benefícios), à guisa de rendimento de trabalho, são incluídos no grupo “sem rendimento”.

salário mínimo Remuneração mínima do trabalhador, fixada por lei. Para apuração dos rendimentos segundo as classes de salário mínimo, considera-se o valor em vigor no mês de referência da pesquisa que, em setembro de 2015, era de R\$ 788,00.

semana de referência Semana fixada para a investigação de características de trabalho. Para a pesquisa realizada em 2015, foi a semana de 20 a 26 de setembro de 2015.

situação de ocupação na semana de referência Classificação da pessoa em idade ativa em ocupada ou não ocupada na semana de referência da pesquisa.

situação do domicílio Classificação da localização do domicílio em urbana ou rural, definida por lei municipal vigente por ocasião da realização do Censo Demográfico. A situação urbana abrange as áreas correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas. A situação rural abrange toda a área situada fora desses limites. Este critério e, também, utilizado na classificação da população urbana e rural.

trabalhador doméstico Pessoa que trabalha prestando serviço doméstico remunerado em dinheiro ou benefícios, em uma ou mais unidades domiciliares.

trabalhador na construção para o próprio uso Pessoa que trabalha, durante pelo menos uma hora na semana, na construção de edificações, estradas privadas, poços e outras benfeitorias (exceto as obras destinadas unicamente à reforma) para o próprio uso de pelo menos um membro da unidade domiciliar.

trabalhador na produção para o próprio consumo Pessoa que trabalha, durante pelo menos uma hora na semana, na produção de bens do ramo que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, para a própria alimentação de pelo menos um membro da unidade domiciliar.

trabalho Exercício de: a) ocupação remunerada em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas etc.) na produção de bens e serviços; b) ocupação remunerada em dinheiro ou benefícios (moradia, alimentação, roupas etc.) no serviço doméstico; c) ocupação sem remuneração na produção de bens e serviços, desenvolvida durante pelo menos uma hora na semana: em ajuda a membro da unidade domiciliar que tem trabalho como empregado na produção de bens primários (atividades da agricultura, silvicultura,

pecuária, extração vegetal ou mineral, caça, pesca e piscicultura), conta própria ou empregador; em ajuda a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo; ou como aprendiz ou estagiário; d) ocupação desenvolvida, durante pelo menos uma hora na semana, na produção de bens, do ramo que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, destinados à própria alimentação de pelo menos um membro da unidade domiciliar; ou na construção de edificações, estradas privadas, poços e outras benfeitorias, exceto as obras destinadas unicamente à reforma, para o próprio uso de pelo menos um membro da unidade domiciliar.

trabalho principal da semana de referência Único trabalho que a pessoa tem na semana de referência da pesquisa. Para a pessoa com mais de um trabalho, isto é, para a pessoa ocupada em mais de um empreendimento na semana de referência, considera-se como principal o trabalho da semana de referência no qual tem maior tempo de permanência no período de referência de 365 dias. Em caso de igualdade no tempo de permanência no período de referência de 365 dias, considera-se como principal o trabalho remunerado da semana de referência ao qual a pessoa dedica normalmente maior número de horas semanais. Adota-se este mesmo critério para definir o trabalho principal da pessoa que, na semana de referência, tem somente trabalhos não remunerados que apresentam o mesmo tempo de permanência no período de referência de 365 dias. Em caso de igualdade, também, no número de horas trabalhadas, considera-se como principal aquele que proporciona normalmente o maior rendimento.

unidade domiciliar Domicílio particular ou unidade de habitação (apartamento, quarto etc.) em domicílio coletivo.

Equipe técnica

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de Trabalho e Rendimento

Cimar Azeredo Pereira

Gerência de Pesquisas

Maria Lucia França Pontes Vieira

Adriana Araújo Beringuy

Alessandra Scalioni Brito

Antony Teixeira Firmino

Bruno Alves de Carvalho

Fatmato Ezzahra Schabib Hany

Flavia Vinhaes Santos

Genilda da Silva Rodrigues

Helena Oliveira da Cruz Monteiro

Leonardo Areas Quesada

Luiz Claudio da Silva Malvino

Marcia Barbosa de Almeida Vargas

Maria da Gloria Dias Freitas

Maria Teresa Cristina Dalla Riva da Nobrega Bastos

Maria Lucia Pereira do Nascimento

Marina Ferreira Fortes Aguas

Michelle Menegardo de Souza

Rosângela Lago de Souza Barbosa

William Araujo Kratochwill

Elaboração do plano tabular

André William Sant'Anna de Figueiredo (Consultor OIT)

Cimar Azeredo Pereira

Cálculo dos indicadores

André William Sant'Anna de Figueiredo (Consultor OIT)

Análise dos resultados

André William Sant'Anna de Figueiredo (Consultor OIT)

Cimar Azeredo Pereira

Revisão e preparo de originais

Adriana Araújo Beringuy

Angela Maria Broquá Mello

André William Sant'Anna de Figueiredo (Consultor OIT)

Maria Lucia França Pontes Vieira

William Araujo Kratochwill

Gerência de Estudos Métodos e Controle

Mauricio Franca Lila

Daniel Luiz Fonseca de Aguiar

Diogo da Hora Elias

Douglas de Oliveira Matos Braga

Fabiane Cirino de Oliveira Santos

Felipe Quintas Conde

Fernanda Karine Ruiz Colenghi Baptista

Fernanda Lang Schumacher

Nayara Lopes Gomes

Maira Bonna Lenzi

Luna Hidalgo Carneiro

Rodrigo Aires Lemes

Colaboradores

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de Métodos e Qualidade

Sonia Albieri - coordenadora

Gerência de Metodologia Estatística

Antonio José Ribeiro Dias

Alexandre dos Reis Santos

Bruno Freitas Cortez

Debora Ferreira de Souza

Fábio Figueiredo Farias

Marcus Vinícius Moraes Fernandes

Nícia Custódio Hansen Brendolin

Viviane Cirillo Carvalho Quintaes

Gerência de Qualidade Estatística

Maria Luiza Barcellos Zacharias

Alexandre Emilio Manhaes Pardelinha

Alexandre Vincenzo Barone

Alvaro de Moraes Frota
Andrea Borges Paim
Renata Moreira Paes da Costa
Rodrigo Machado
Sofia Machado Monti

Gerência de Desenvolvimento e Pesquisa

André Wallace Nery da Costa
Denis Paulo dos santos
Marcos Paulo Soares de Freitas
Roberta Carneiro de Souza
Rodrigo Otávio Santos von Doellinger
Sâmela Batista Arantes
Tiago Mendes Dantas

Coordenação de População e Indicadores Sociais

Bárbara Cobo

Gerência de Estudos e Análise da Dinâmica Demográfica

Leila Regina Ervatti

Gerência de Estimativas e Projeções de População

Izabel Magalhães Marri
Marcio Mitsuo Minamiguchi
Leandro Okamoto Silva

Diretoria de Informática

Coordenação de Projetos Especiais

Claudio Mariano Fernandes

Gerência de Desenvolvimento e Suporte a Projetos Especiais e Produtos Especialistas

Luigino Italo Palermo
Carlos Brandão Fernandes da Silva
Eduardo da Costa Romero
Dulce Maria Rocha Barbosa
Ronaldo Rodrigues Raposo Junior
Said Jorge Miguel Passos Filho

Gerência de Desenvolvimento de Sistema de Censos

Ataide José de Oliveira Venâncio
Carlos Emilio de Mattos Strauch
Davi Faria Rocha
Edson Orofino de Souza
Marcos Rodrigues Pinto

Gerência de Suporte e Desenvolvimento de Sistemas de Microdados

Bianca Fernandes Sotelo
Marcello Willians Messina Ribeiro
Magali Ribeiro Chaves

Gerência de Suporte e Desenvolvimento de Sistemas de Dados Agregados

Luiz Antonio Gauziski de Araujo Figueredo
Anderson Almeida França

Gerência de Sistemas Populacionais e Sociais

Solange Ferreira Pinto
Vania da Silva Boquimpani
André Bruno de Oliveira
Humberto Lopes Chapouto

Coordenação de Operações e Serviços de Informática

Bruno Gonçalves Santos

Gerência de Implantação e Administração dos Serviços em Produção

Georgia de Souza Assumpção - Gerente de área
Paulo Lincoln Ribeiro de Oliveira - Analista de Produção
Rozani Souza Gomes de Carvalho - Técnica em Informática

Unidades Estaduais

Supervisores Estaduais

RO - Jurandir Soares da Silva
AC - Lara Torchi Esteves
AM - Jose Ilcleson Mendes Coelho
RR - Luca da Silva Gomes
PA - Max Elias Calil Gomes
AP - Ananias do Carmo Picanço
TO - João Paulo Dantas Arantes
MA - Patrícia de Oliveira Borges e Souza
PI - Ranieri Ferreira Leite
CE - João Batista Canário Neto
RN - Rosana Lúcia Passos de Oliveira Siqueira
PB - Cláudio Vinícius Santos de Araujo
PE - Isaílda Maria Barros Pereira
AL - Haroldo Alves Farias
SE - Ewerton Fernando Santana Coelho
BA - Artur Constantino Figueiredo Machado
MG - Fernanda de Sousa Gerken
ES - Fernando Francisco de Paula
RJ - Geraldo Louza da Veiga
SP - Eugênio Carlos Ferreira Braga
PR - Laura Castegnaro
SC - Gilmar Orsi
RS - Raquel Eloísa Eisenkraemer
MS - Cecília de Fátima Argemon Ferreira
MT - Nivaldo de Souza Lima
GO - Valperino Gomes Oliveira Filho
DF - Maiara Santos Santana

Coordenadores de Informática das Unidades Estaduais

RO - Carlos Souza Menandro

AC - Raphael Lopes Dias

AM - Darlan Viana Cavalcante

RR - José Carlos Ramires

PA - Sílvio Costa de Souza

AP - Fabrício Alves Reis

TO - Manuela Almeida Bittencourt

MA - Wellington Luis Mineiro Franca

PI - João José de Sousa Santos

CE - Manuel Ozanan Rodrigues Filho

RN - Edson Moreira de Aguiar

PB - Haroldo Paulino de Medeiros

PE - Gliner Dias Alencar

AL - Plínio José Medeiros C. de Araújo

SE - Carlos Alberto Lavy

BA - André Luiz Ferreira Uripia

MG - Diva de Souza e Silva Rodrigues

ES - Eric Alves Buhr

RJ - Carlos Eduardo Portela

SP - Wlamir Almeida Pinheiro

PR - Luciano Lopes Martins

SC - Luis Augusto de Souza Bevacqua

RS - Octavio Jose Dedavid Filho

MS - Ronaldo Mendes Lamare

MT - Fabricio Eustaquio Vargas

GO - Rogerio Arantes Gaiosio

DF - Jose Magno de Avila Junior

Colaboradores Externo

Organização Internacional do Trabalho

André William Sant'Anna de Figueiredo

José Ribeiro Soares Guimarães

Michaelle De Cock

Projeto Editorial

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

Coordenação de Produção

Marise Maria Ferreira

Gerência de Editoração

Estruturação textual, tabular e de gráficos

Fernanda Maciel Jardim

Katia Vaz Cavalcanti

Leonardo Ferreira Martins

Marisa Sigolo

Diagramação tabular e de gráficos

Leonardo Ferreira Martins

Solange Maria Mello de Oliveira

Diagramação textual

Carlos Amaro Feliciano da Silva

Programação visual da publicação

Fernanda Jardim

Luiz Carlos Chagas Teixeira

Marisa Sigolo

Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro

Produção do *e-book*

Roberto Cavararo

Gerência de Documentação**Pesquisa e normalização bibliográfica**

Ana Raquel Gomes da Silva

Karina Pessanha da Silva (Estagiária)

Lioara Mandoju

Nadia Bernuci dos Santos

Solange de Oliveira Santos

Vera Lúcia Punzi Barcelos Capone

Normalização textual e padronização de glossários

Ana Raquel Gomes da Silva

Elaboração de quartas capas

Ana Raquel Gomes da Silva

Gerência de Gráfica

Ednalva Maia do Monte

Impressão e acabamento

Newton Malta de Souza Marques

Ronaldo Soares de Aguiar

Se o assunto é **Brasil**,
procure o **IBGE**.



/ibgecomunica



/ibgeoficial



/ibgeoficial



/ibgeoficial

www.ibge.gov.br 0800-721-8181

PESQUISA NACIONAL POR
AMOSTRA DE DOMICÍLIOS

ASPECTOS DAS RELAÇÕES DE TRABALHO E SINDICALIZAÇÃO 2015

Com a presente publicação, o IBGE traz a público comentários analíticos sobre dois temas suplementares investigados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2015, realizada em parceria com o então Ministério do Trabalho e Emprego e a Organização Internacional do Trabalho - OIT (International Labour Organization - ILO), tendo como referência as pessoas de 16 anos ou mais de idade. O primeiro, Relações de Trabalho, destinou-se às pessoas na condição de empregados do setor privado nas atividades agrícola e não agrícola e trabalhadores domésticos, visando aprimorar a experiência brasileira de medição de indicadores de trabalho decente. O segundo, Sindicalização, destinou-se às pessoas ocupadas na semana de referência ou no período de captação de 358 dias, com foco em um abrangente conjunto de informações sobre a densidade sindical no Brasil.

Embora, historicamente, as publicações da PNAD já contenham indicadores sobre o mercado de trabalho para as pessoas de 10 anos ou mais de idade, esta se destaca, em especial, por apresentar características adicionais de trabalho que, ultrapassando as medidas quantitativas de geração de postos e de enfrentamento do desemprego, ampliam a base de conhecimento sobre o tema e contribuem para a elaboração de políticas públicas relacionadas ao trabalho decente, conforme preconizado pela OIT. Os indicadores sobre a atuação sindical no sistema de relações de trabalho, por sua vez, fornecem importantes subsídios para os diversos grupos da sociedade interessados nessa temática, bem como para os planejadores de políticas públicas de emprego e renda. A análise dos resultados, ilustrada com tabelas e gráficos, busca ressaltar os aspectos mais relevantes dos indicadores apresentados em cada um dos temas, tanto em termos nacionais quanto regionais.

A publicação inclui ainda notas técnicas sobre a pesquisa e glossário com os termos e conceitos julgados essenciais para a compreensão dos resultados. Os anexos, ao final do volume, apresentam a composição dos grupamentos ocupacionais e de atividade utilizados na investigação, bem como considerações metodológicas sobre as estimativas da população para o cálculo dos pesos para a expansão da amostra da PNAD 2015.

A presente investigação, cabe destacar, se soma a outros dois temas suplementares dessa mesma edição da pesquisa, que versam sobre Aspectos dos Cuidados das Crianças de Menos de 4 Anos de Idade, este já divulgado, e Prática de Esporte e Atividade Física, objeto de publicação futura.

As informações ora divulgadas também podem ser acessadas no portal do IBGE na Internet, que disponibiliza ainda o plano tabular da pesquisa, contemplando Brasil e Grandes Regiões, bem como os seus microdados. À luz dos demais dados sobre trabalho e rendimento já obtidos regularmente pela PNAD, tais indicadores poderão se aliar a políticas baseadas nos quatro objetivos estratégicos do conceito de trabalho decente: promoção dos direitos fundamentais no trabalho; geração de empregos produtivos e de qualidade; extensão da proteção social; e fortalecimento do diálogo social.

